



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**

BRUNO CESAR COLOMBO DIAS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
ACERCA DO REASSENTAMENTO
DA VILA CHOCOLATÃO**

PORTO ALEGRE

2011

BRUNO CESAR COLOMBO DIAS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
ACERCA DO
REASSENTAMENTO DA VILA
CHOCOLATÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda, Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof^a. Clary Milnitsky-Sapiro, PhD

PORTO ALEGRE

2011

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Ilza Maria Tourinho Girardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª. Cristine Kaufmann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª. Drª. Clary Milnitsky- Sapiro (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aos meus pais, Marisa e Cesar, pelo amor e liberdade que me deram. À minha família, que sempre propiciou grandes debates e reflexões sobre a vida. Aos meus amigos, pelo constante fluxo de idéias e pela companhia em momentos importantes. À Cristina, pelo amor, carinho e paciência. E à Clary, que me orientou durante boa parte da minha trajetória acadêmica, sempre aberta ao diálogo e incentivando um pensamento autônomo e questionador.

“Nas calçadas, envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos da Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro. Não só tubos retorcidos de pasta de dente, lâmpadas queimadas, jornais, recipientes, materiais de embalagem, mas também aquecedores, enciclopédias, pianos, aparelhos de jantar de porcelana: mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas vendidas compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar às novas. Tanto que se pergunta se a verdadeira paixão de Leônia é de fato, como dizem, o prazer das coisas novas ou diferentes, e não o ato de expelir, de afastar de si, expurgar uma impureza recorrente”.

(Cidades Invisíveis, Ítalo Calvino)

RESUMO

Este trabalho investigou a construção e as Representações Sociais dos textos jornalísticos divulgados pelos portais de notícias Correio do Povo e ClicRBS acerca da remoção dos moradores da Vila Chocolateira efetivada pela prefeitura de Porto Alegre, em maio de 2011. Para isso, utilizou-se a análise documental dos seguintes materiais que abordaram o tema: o Laudo Técnico Sócio-econômico sobre o processo de reassentamento da Vila Chocolateira, as informações do site oficial da prefeitura de Porto Alegre e notícias divulgadas nos referidos veículos jornalísticos. O critério de seleção dos dados seguiu o corte temporal demarcando a data de publicação do laudo técnico até a efetivação da transferência dos moradores. Através da triangulação destes dados procedeu-se à análise de conteúdo da qual emergiram quatro categorias: 1) o processo de decisão sobre a medida; 2) a antiga e a nova Chocolateira; 3) os moradores e a transferência da vila; 4) o Projeto de reassentamento. Constatou-se que a cobertura realizada pelos veículos jornalísticos foi superficial, omitindo a diversidade das vozes de sujeitos e setores envolvidos, e limitando-se a reproduzir informações e representações oficiais. Os efeitos de tais ênfases foram analisados à luz do jornalismo investigativo.

Palavras-chave: Jornalismo, Representações Sociais, Vila Chocolateira, reassentamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS.....	11
2.1 INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA.....	11
2.2 JORNALISMO E INTERNET.....	13
2.3 AS FONTES DE INFORMAÇÃO NO JORNALISMO.....	14
2.4 A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO E SUA RELAÇÃO COM O PODER.....	17
2.5 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA.....	19
2.6.MEIOS DE COMUNICAÇÃO, ESFERA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	21
2.7 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	23
3 A VILA CHOCOLATÃO.....	27
3.1 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA VILA CHOCOLATÃO.....	27
3.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PAPELEIROS DA VILA CHOCOLATÃO.....	30
3.3 NOVA CHOCOLATÃO.....	33
3.4 POLÍTICA PÚBLICA DE REASSENTAMENTO ..EM PORTO ALEGRE.....	35
4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS.....	37
4.1 CATEGORIZAÇÃO.....	38
4.2 A AMOSTRA.....	38
5 RESULTADOS.....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

A origem deste estudo remonta ao segundo semestre de 2007. Na época, eu cursava a cadeira de Projeto de Vídeo, e a avaliação consistia na elaboração de um documentário. O tema escolhido foi “a rotina de um papeleiro”¹ Assumi a tarefa de encontrar uma pessoa que aceitasse participar do documentário na condição de *papeleiro*. Foi o meu primeiro contato com a Vila Chocolatão, localizada no centro de Porto Alegre, pois o protagonista – identificado como Zezinho - morava lá. A gravação do documentário acompanhou Zezinho, desde o seu acordar - para ir às ruas da cidade, em busca de materiais recicláveis - até o fim de seu expediente, ao entardecer. A percepção dele sobre o seu trabalho me surpreendeu. Para Zezinho, aquele serviço era mais do que um modo de sobrevivência: significava seu “renascimento”. Saíra da prisão com poucas perspectivas, tanto de renda quanto de moradia. Foi morar na Vila Chocolatão, sob a condição de coletar resíduos recicláveis e vendê-los exclusivamente a um dono de depósito. Em contrapartida, este lhe cederia habitação e um veículo-de-tração-humana. Após um tempo, Zezinho guardou dinheiro suficiente para adquirir uma casa na vila e seu próprio veículo-de-tração-humana. Com isso, obteve a “liberdade” de negociar o material catado junto a outros depósitos. Pelas dificuldades enfrentadas ao longo da vida, Zezinho avaliava estar feliz como papeleiro.

No mesmo ano, eu havia entrado no CONVIVA (Núcleo de Estudos em Construção de Valores, Identidade e Violência na Adolescência), grupo coordenado pela professora Clary Milnitsky Sapiro, docente do Instituto de Psicologia da UFRGS. Apresentei o documentário para o grupo e, apesar de eles centrarem seus estudos na infância e na adolescência, a ideia de realizarmos uma pesquisa junto aos papeleiros do centro de Porto Alegre foi incentivada.

Em 2008, estava em discussão a chamada “lei das carroças”, lei que

¹ Pessoas que “puxam” carrinhos feitos de modo artesanal (veículos-de-tração-humana) para carregar materiais recicláveis coletados nas ruas da cidade de Porto Alegre.

previa a retirada de circulação das carroças que recolhiam materiais recicláveis nas ruas de Porto Alegre. A medida teve apoio de grande parte da sociedade, calcada no argumento de dar fim aos maus tratos aos cavalos. Entretanto, no dia da votação, também foi incluída na lei a retirada de circulação dos veículos-de- tração-humana, afetando os papeleiros. A medida foi aprovada e estipulou um prazo de oito anos para a extinção absoluta de carroças e carrinhos nas ruas da cidade. E com o fim destas “profissões”. Devido ao relevante contingente de pessoas que exerciam estes serviços – cerca de seis mil papeleiros e oito mil carroceiros², iniciamos um estudo sobre os possíveis impactos da referida lei. No fim de 2008, finalizamos o projeto da pesquisa, que foi enviado e aprovado pela comissão de ética. Assim, em 2009, iniciamos a coleta de dados que incluía: a descrição etnográfica da vila, diálogos informais com os moradores, entrevistas em profundidade com alguns papeleiros e pesquisa documental. O foco eram os papeleiros do centro de Porto Alegre. Exatamente por se localizar no centro da cidade e ser majoritariamente constituída por famílias que dependem da catação de materiais recicláveis para seu sustento, a Vila Choclatão foi selecionada como a comunidade onde ocorreria a coleta dos dados.

As nossas primeiras saídas a campo foram para conhecer o ambiente da vila e conversar com alguns moradores, principalmente com as lideranças da comunidade. Nestes contatos iniciais, observamos que o trabalho dos papeleiros estava intrinsecamente ligado ao local onde residiam. A rede de relações que o papeleiro estabelece tem como diretriz o entorno de sua casa, é através disso que seu itinerário e sua interação com a sociedade são definidos.

Outro fato que chamou a atenção é que poucos sabiam sobre a lei que afetava o trabalho de carroceiros e papeleiros, aprovada na câmara de vereadores – a poucos metros da comunidade - e sancionada pelo então prefeito José Fogaça. Quase todos com quem conversamos acreditavam que a medida estava relacionada apenas às carroças. “Sei que as carroças estão no crime”, disse um morador para nós se referindo aos efeitos da lei. Talvez o motivo deste desconhecimento seja o fato de que, durante o andamento e

² Estimativa obtida através de entrevista com representante do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, em 2009.

discussão do projeto de lei, apenas a proibição das carroças estava prevista. Os carrinhos foram incluídos nos últimos momentos, quase despercebidamente. Além disso, os meios de comunicação apelidaram a medida de “Lei das carroças”, reforçando a ideia de que a intervenção do poder público incidiria apenas sobre as carroças.

Sobre as intervenções do poder público na Vila Chocolatão, o assunto que mais circulava entre os moradores era o projeto, anunciado pela prefeitura de Porto Alegre, de remoção da comunidade. As incertezas e a discordância sobre a medida emanavam dos diálogos que tínhamos com eles. Foi então que nossa pesquisa, inicialmente centrada no trabalho de papeleiro e no impacto da lei, começou a se transformar. A possível transferência (executada em maio deste ano, 2011) se impôs como elemento a ser estudado.

Os resultados de nossa pesquisa serão apresentados, resumidamente, no capítulo sobre a Vila Chocolatão.

O presente trabalho constitui uma continuidade com vistas à conclusão do processo de pesquisa na Vila Chocolatão. O objetivo é identificar como se desenvolveu a cobertura dos meios de comunicação (quais fontes e documentos foram consultados) e quais as representações sociais presentes em seus textos sobre o reassentamento dos moradores da Vila Chocolatão.

Para tanto, o referencial teórico aborda a construção da informação jornalística, destacando: a prática da investigação jornalística, as fontes de informação, a função social do jornalismo e os meios de comunicação e a política. Através da discussão sobre a esfera pública aproximamos os meios de comunicação à teoria das representações sociais.

Foi empregada a análise documental dos seguintes materiais: textos jornalísticos veiculadas nos sites do Correio do Povo e do ClicRBS; matérias veiculadas no site da prefeitura de Porto Alegre (consideradas neste estudo como manifestações de cunho oficial) e o Laudo Técnico Sócio-econômico sobre o processo de reassentamento da Vila Chocolatão elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (apresentado como produção científica sobre a matéria em questão). Buscando identificar categorias emergentes foi utilizada a análise de conteúdo da triangulação destes documentos.

A estrutura deste estudo está dividida em quatro capítulos principais. O capítulo 2 aborda questões referentes à prática jornalística e a relevância dos meios de comunicação na produção de representações sociais na esfera pública, além de revisar a teoria das Representações Sociais. O capítulo seguinte trás um pouco da história e características da Vila Chocolateiro, apresenta os resultados da nossa pesquisa junto aos moradores desta comunidade, aborda algumas questões concernentes a políticas públicas de reassentamento urbano em Porto Alegre e fecha trazendo alguns aspectos da Nova Chocolateiro. O capítulo 4 refere-se ao método e os procedimentos utilizados. E o quinto trata-se dos resultados obtidos.

Nas considerações finais será apresentada a análise dos resultados e propostas algumas discussões sobre o objeto de estudo.

2 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

2.1 INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Dentre os fatores que conferem credibilidade e integram a atividade jornalística está a investigação dos fatos. Há consenso razoável, segundo Fortes (2007), entre a classe jornalística, que a investigação inicia na pauta, passando pela coleta e apuração dos dados até a finalização e veiculação da notícia. Em geral, segue o autor, as técnicas jornalísticas são parecidas em suas diversas matizes, com algumas modificações de método e circunstância. É da apuração de um fato pelo repórter, a partir de diversas fontes documentais e/ou pessoais, que se constrói uma reportagem.

Entretanto, há algumas diferenças entre o que se convencionou denominar de jornalismo investigativo e os demais setores da atividade. Fortes (2007) assinala as circunstâncias mais complexas dos fatos, sua maior extensão noticiosa e maior duração de tempo como diferenciais básicos do jornalismo investigativo. Segundo Marcelo Beraba (BERABA apud FORTES, 2007, p.15), esta atividade tornou-se uma qualificação específica para as reportagens de mais fôlego, aquelas que demandam maiores investimentos, apuração, tempo, pesquisa, entrevistas, observação, checagem e recheagem - *“a busca obsessiva por documentos e provas”*.

Subjacente aos fatos, sempre há uma rede intrincada de informações a serem desvendadas e mesmo assuntos aparentemente cotidianos podem dar origem a uma investigação. Para que isso ocorra, é necessário a disposição do repórter e a utilização das técnicas de investigação jornalísticas. Dentre estas, Fortes destaca a realização de uma pesquisa minuciosa de cada nuança dos fatos, atenção especial a todos os tipos de documentações disponíveis, paciência, curiosidade, desconfiança no que é dito, checagem, frieza e um olhar crítico, entre outros. É dessa forma que o objetivo almejado - compartilhar com a sociedade informações fidedignas – se concretiza. (FORTES, 2007, p.35 - 45)

Aguiar defende que o jornalismo investigativo visa divulgar informações “sobre as ações das instituições governamentais ou de empresas privadas que

sejam prejudiciais ao interesse público e afetem a sociedade” (AGUIAR, p.75), sendo necessário aos repórteres apurar as informações, não se limitando a reproduzir as informações passadas por fontes informativas às redações dos jornais. A respeito do trabalho de investigação, o autor escreve que:

[...] é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar a informação de fontes primárias e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. Por desempenhar uma relevante função social devido às suas contribuições à governabilidade democrática, a imprensa vincula-se ao princípio da responsabilidade mútua nas sociedades democráticas e revitaliza o espaço público. Por isto, para a realização da reportagem investigativa, torna-se imprescindível o acesso às informações públicas. (AGUIAR, p.75)

Eugênio Bucci (BUCCI apud FORTES, 2007, p.15) destaca que o desenvolvimento do jornalismo investigativo se deve à constante necessidade de se transpor obstáculos impostos pela burocracia e por muitas máfias nacionais, que se esforçam para subtrair algumas informações vitais à sociedade. Entretanto, apesar da relevância histórica do jornalismo investigativo - como no famoso caso Watergate e na descoberta de inúmeras irregularidades que culminaram no impeachment de Collor - esta atividade está com os ânimos arrefecidos (LAGE apud FORTES, 2007, P.17). Diego Escosteguy (2007) credita às empresas de comunicação boa parte da responsabilidade. Pois o jornalismo investigativo custa caro, exige tempo, viagens e muitos repórteres concentrados em um mesmo assunto - sinônimo de prejuízo financeiro para as empresas -, visto que as redações mal dão conta das matérias declaratórias e superficiais. A consequência foi o corte de investimentos e a demissão de repórteres qualificados, resultando na queda do nível da produção jornalística, como afirma o autor

A opção deliberada pelo abandono do jornalismo investigativo corresponde à piora na qualidade dos profissionais presentes nas redações, ao crescimento do conservadorismo na escolha de pautas, à falta de criatividade e de originalidade na edição e, mais grave, à perda de credibilidade da imprensa perante a sociedade. (Escosteguy, 2007, p.91)

Como fatores que vêm esfriando a prática de investigação na imprensa, além do corte nos gastos e a redução das redações – o que impede a

dedicação exclusiva dos repórteres à investigação –, estão, segundo Fortes (FORTES, 2007, p.17), as pressões políticas, o crescente número de ações judiciais contra os jornalistas e a profissionalização das fontes. A profusão de assessores de imprensa, que Fortes chama de “dublês de jornalistas-consultores” contratados por políticos e grandes empresários, criou um ambiente “exageradamente profissionalizado de condução de pauta, apuração e, em alguns casos, de edição do material jornalístico”. O autor relata que dados levantados por Noam Chomsky, publicados no livro “A manipulação do público”, revelaram a existência de mais de 20 mil agentes de relações públicas e assessores de imprensa trabalhando nos Estados Unidos, com a função de distorcer notícias ainda na origem, com o objetivo claro de beneficiar seus patrões e financiadores. No Brasil, segundo Fortes:

[...] basta trabalhar seis meses em uma redação brasileira - qualquer uma - para perceber que esse modus operandi é universal. Há sempre um assessor de imprensa tentando interferir nas reportagens investigativas, sobretudo as de conteúdos bombásticos, de modo a proteger seus chefes ou, simplesmente, manipular as informações de maneira a deixá-las mais brandas (FORTES; 2007, p.17 -18).

A velocidade imposta para a produção noticiosa culmina, muitas vezes, em uma busca simplificada pelos fatos. Essa necessidade abre espaço para a divulgação excessiva de informações repassadas aos jornalistas via fontes oficiais. Escosteguy acrescenta que, se de um lado a parceria com o Ministério Público e a Polícia Federal propiciou força e impacto às matérias, por outro acomodou os jornalistas, reduzindo a busca por pautas e a iniciativa para investigação de cunho próprio (ESCOSTEGUY, 2007, p.93)

2.2 JORNALISMO E INTERNET

Embora a internet seja uma ferramenta de extrema valia na coleta de dados e pesquisa, Escosteguy (2007) afirma que seu uso colabora para uma prática menos atuante e original do jornalista, pois os profissionais da imprensa ainda não sabem tirar proveito de tudo que a web oferece, a maioria se contenta com uma rápida pesquisa no Google, negligenciando o potencial da rede para busca em outras fontes (ESCOSTEGUY; 2007, p.93).

Os sites de notícias se nutrem, constantemente, de informações extraídas de outros veículos de comunicação, especialmente os pertencentes ao mesmo conglomerado de comunicação (jornais, rádios, televisão). Adghirini e Moraes (2010) destacam que o jornalismo na internet, por sua história recente, ainda procura sua identidade discursiva e midiática, sendo sua estrutura narrativa, hoje, calcada nos formatos textuais tradicionais. Sobre as características da veiculação de notícias em sites, as autoras salientam o emprego maciço das mesmas informações já relatadas, com pequenas alterações. Essa peculiaridade refere-se à instantaneidade proporcionada por este meio e à velocidade oriunda da necessidade de estar constantemente inserindo notícias, visto que a “noção de periodicidade está tão enraizada no funcionamento do jornalismo que ela é percebida como uma evidência para os leitores” (p.238). Sobre a inserção de informações nos sites de notícias, as autoras ressaltam

Um mesmo produto informativo é reiterado em diferentes ritmos aproximados, dando a impressão de renovação de conteúdos nem sempre verdadeiros. Pode se tratar, em alguns sites noticiosos, de uma ilusão de fluxo contínuo. A mesma notícia pode voltar no decorrer de uma hora com um novo título, como se fosse uma informação nova. Esse ritmo de notícias em “torneira aberta”, sem interrupção, trabalha simultaneamente com a novidade e com a repetição para manter os públicos atentos. Há uma fabricação artificial da novidade, num ritmo de ondas marítimas, como num vai e vem de vagas na praia, sem que se possa definir exatamente onde começa uma nova notícia e onde termina a notícia velha. (ADGHIRINI E MORAIS; 2010; p.240)

2.3 AS FONTES DE INFORMAÇÃO NO JORNALISMO

A notícia se constrói através da consulta a documentos, pesquisas e entrevistas. É no processo de descoberta de informações e apuração dos fatos que reside a importância de se buscar a diversidade de fontes. Uma matéria “*é um mosaico de fatos e de citações de fontes que participaram num acontecimento ou dele têm conhecimento*” (SERRANO, 1999; p.9). Serrano ainda afirma que a seleção das fontes que darão corpo à notícia é vital e possui o poder de decidir quem tem voz e quem é excluído do acesso ao espaço público. Nilson Lage classifica as fontes da seguinte forma: oficiais, oficiosas e independentes. As fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado e por

instituições que preservam algum poder de Estado. As oficiosas são reconhecidamente ligadas a uma entidade ou um indivíduo, porém não-autorizadas a falar em nome dela. As fontes independentes, na terminologia de Lage, são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse mais abrangente em cada caso, como, por exemplo, moradores de bairro, proprietários de lojas, etc. (2002, pp. 25-26 apud TELLARONE; 2006).

Segundo Gans (apud SANTOS, 2005, p.5), a relação jornalista-fonte pode ser considerada uma relação de “luta de poderes”. As fontes se esforçam para divulgar uma informação conveniente a elas, enquanto os jornalistas buscam as fontes para tentar tirar delas as informações que lhes interessa. Desta maneira, a produção de notícias é um processo de negociação e de renegociação constante, onde os repórteres identificam e qualificam que tipo de pessoa serve como boa fonte de informação sobre determinados assuntos.

Pinto (apud DENICOLI, p.4, 2005) define os interesses implícitos no duelo entre fontes e jornalistas. As fontes buscariam visibilidade, marcação da agenda pública, imposição de certos temas como foco da atenção coletiva, angariação de apoio ou adesão a ideias, prevenção ou atenuação de prejuízos a imagem pública e neutralização de interesses de concorrentes (sejam políticos ou mercadológicos). Por sua vez, os jornalistas buscariam a obtenção de informação inédita, confirmação ou desmentido de informações oriundas noutras fontes, dissipação de dúvidas, desenvolvimento de matérias, proposição de temas a serem debatidos, fornecimento de avaliações e recomendações de peritos, credibilidade e legitimidade às informações coletadas.

Traquina (2004) salienta que um jornalista competente tem ciência de que as fontes são, geralmente, pessoas interessadas (p.191). O autor aponta que a maneira utilizada pelos jornalistas para conferir a fiabilidade das fontes passa pelos critérios de autoridade, produtividade e credibilidade. Traquina diz que

a autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística. O fator respeitabilidade refere-se ao procedimento dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade.” (TRAQUINA, 2004, p.191).

Nesse enredo, Gaye Tuchman (1980, apud SERRANO, 1999, p.6) vê nos procedimentos de escolha das fontes por parte dos jornalistas uma inclinação a se apoiarem em figuras institucionais, dando privilégio às falas de líderes legitimados, relegando, assim, ao “homem comum” apenas o papel simbólico de representação de outros e não de representante de outros. Mauro Wolf (1987:198, apud TRAQUINAS, 2004, p.190) destaca que a forma como se estrutura a rede de fontes, de certo modo reflete a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos.

O que levaria a predominância de fontes oficiais é a disponibilização de informações mais completas, conferindo credibilidade à notícia (TELLARONE 2006). Segundo Sigal (1986), fonte oficial é alguém que representa alguma autoridade e que possui um peso informativo. Seriam os governantes, agentes responsáveis de serviços públicos, administradores de empresas. O acesso de pessoas desconhecidas aos jornalistas acaba dificultado, pois são marginais às instituições ou grupos que gozam de certo reconhecimento (1986. apud DENICOLI, 2005, p.6).

Tuchman (1980, apud SERRANO 1999, p.12) diz que a credibilidade de uma fonte pelos jornalistas está atrelada à sua posição hierárquica, sendo o status da fonte que lhe dá confiabilidade. Esta é a raiz, para Tuchman, da preferência pelas fontes institucionalizadas em detrimento da fonte do cidadão comum. Desta forma, a imprensa apoia-se e reproduz informações divulgadas pelas fontes institucionais, justificando o poder das instituições legitimadas e se “constituindo em um importante sustentáculo das relações de poder instituídas” (SERRANO, 1999; p.10). O aumento dos investimentos em comunicação pelas fontes oficiais, sejam indivíduos ou instituições, é outro elemento que abriu mais espaços na imprensa para estas vozes. Além de veículos próprios, como os sites nos quais as instituições públicas divulgam suas ações, há também a profissionalização e a conscientização dos agentes que as representam, no que tange à importância de divulgar e “formatar” na medida do possível as notícias que são divulgadas. Sobre este ponto, Serrano (1999) afirma ser necessário combater as tentativas de manipulação das informações por parte das fontes oficiais. A relação entre a imprensa e o poder público modificou-se nos últimos tempos, conforme Serrano (1999, p.8)

O papel dos media face ao poder político evoluiu de uma fase de reverência, sobretudo em algumas democracias ocidentais, para outra, situada por alguns autores nos anos sessenta, em que os jornalistas deixaram de dar apenas cobertura aos líderes políticos para passarem a criticá-los e escrutinar as suas ações e atitudes. O modelo de um jornalismo crítico e ativo colocou sob constante vigilância os aspectos mais controversos da sociedade e o comportamento dos políticos.

Se ocorrerem divergências entre a matéria do jornalista e os interesses particulares das fontes, pode haver conflitos e pressões buscando manipulação política ou econômica, neste caso, até através de cortes de publicidade.

Acrescenta-se a essas pressões a tendência da categoria jornalística de escolher fontes oficiais, dado o pouco tempo de que os jornalistas dispõem para investigar e a dificuldade de acesso rápido a outras fontes, e no final a informação fornecida acaba sendo assimilada, restando ao repórter somente a introdução de algumas nuances. (SERRANO, 1999)

A ótica das fontes oficiais, para Manuel Chaparros, prevalece dentro das redações. O poder de decisão e escolha das notícias estaria, com isso, comprometido. O conteúdo deixou de ser produzido pelos jornalistas para ser elaborado pelas fontes, o que levou, para Chaparros, a uma crise da profissão jornalística. (CHAPARROS apud DENICOLI, 2005, p.6)

2.4 A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO E SUA RELAÇÃO COM O PODER

Para Bucci (2000), a relação entre jornalistas, empresas de comunicação e o poder, por se desenvolver dentro da sociedade, possui os mesmos princípios que nela vigoram – as relações de poder e dominação. O autor sublinha que a função do jornalismo deve estar acima de qualquer interesse, não podendo se guiar pelo objetivo de construir fortunas ou expandir as fronteiras dos impérios da mídia. A obrigação dos jornalistas é com os cidadãos, e estes têm o direito à informação verídica e bem apurada. Ainda acerca dos compromissos da atividade, Bucci (2000, p.46) atribui maior

responsabilidade aos jornalistas à medida que a sociedade é mais democrática, neste contexto

menos basta aos jornalistas oferecer ao público notícias de relevância em primeira mão: é necessário também compartilhar com o público os métodos e processos que envolvem a apuração e a edição das informações que são tornadas públicas.

Bucci argumenta que o jornalismo, por si só, é uma realização ética. Na busca por informações que outros desejam esconder do escrutínio público, reside o sentido desta atividade. A notícia, segundo o autor, uma vez desvendada e veiculada, afeta a sociedade em várias esferas, alterando as expectativas do cidadão, e com profundo impacto na condução de políticas públicas. Para ser notícia, é necessário ser socialmente notícia, pois ela incide sobre as relações humanas. A função do jornalismo, enquanto uma área sustentada por uma relação de confiança e credibilidade, é:

descobrir segredos que não se quer divulgar. Seu objetivo primordial não é difundir aquilo que governos, igrejas, grupos econômicos ou políticos desejam contar ao público, embora também se sirva disso, mas aquilo que o cidadão quer, precisa e tem o direito de saber, o que não coincide necessariamente com o que os outros querem contar. (BUCCI; 2000; p.42)

A imprensa como intermediária de assuntos que dizem respeito à sociedade na qual está inserida deve, também, prestar contas sobre a maneira como conduz e chega a determinadas informações. Em um acontecimento, geralmente, há mais de uma interpretação. Checar e permitir que argumentos contraditórios venham a público é uma obrigação do jornalista. O autor define esta situação da seguinte forma:

Dar voz aos dois lados de uma mesma história, quando há dois lados que nela se enfrentam, é uma exigência ao mesmo tempo ética e técnica do jornalismo. Procurar a verdade dos fatos é um imperativo ético – e, é, também, o objetivo de toda técnica jornalística. Em nenhum aspecto haverá contradição entre a técnica e ética jornalística. (BUCCI, 2000, p. 50)

O jornalismo lida com múltiplos interesses, desde os econômicos até os políticos. Se colocar frente às pressões externas, tanto pela velocidade empregada pelas redações, quanto por agentes do poder, é uma das tarefas

da prática jornalística – levando em conta que a prioridade esteja em sintonia com os princípios éticos referidos por Bucci. A responsabilidade da imprensa corresponde ao poder e à confiança que nela é depositada, como a entidade que conduz debates de interesse público.

2.5 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

A percepção da importância de possuir uma imagem pública favorável fez com que instituições (tanto públicas quanto privadas) e políticos lançassem mão de grandes quantias destinadas a investimentos na área de comunicação social. Wilson Gomes (2007) destaca que foi de modo veloz que o modelo de interface entre os meios de comunicação e a política se criou e se difundiu pelo mundo, nas últimas três ou quatro décadas. A relação estabelecida entre a política contemporânea - desde o exercício do governo à disputa eleitoral - e a comunicação impulsionou mudanças na condução e no modo de “fazer política”. As ações políticas estão diretamente atreladas e são pensadas levando em conta a visibilidade que lhes será dada pela imprensa. Para Gomes, hoje em dia, “os agentes políticos tendem a atuar para a esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação, que grande parte (senão tudo) da política se encerra nos meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa”. A atenção sistemática aos meios de comunicação por parte dos agentes políticos teria influência decisiva nos valores públicos democráticos, pois

os públicos - entendidos como reuniões de indivíduos privados para a discussão das coisas de interesse político e para a, conseqüente, formação discursiva da opinião – ter-se-iam tornado dispensáveis, pois a comunicação política de massa nem o reconheceria nem o pressuporia, restringindo-se o seu interesse às audiências ou aos públicos-espectadores (GOMES, 2007, p.27).

Estas transformações têm origem no crescimento dos meios de comunicação de massa, que alterou e retirou o palco principal das discussões políticas das ruas e o reassentou em seu terreno. Essa modificação de cenário exigiu a

formação de novas competências e habilidades no campo político, resultando em uma nova configuração interna do meio político (GOMES, 2007).

Às estratégias de manutenção de poder, eleitorais e políticas em geral, foram incorporados conhecimentos relativos à exploração dos meios de comunicação como fonte indispensável na produção e circulação de imagens positivas, visando a atingir o público – supondo que as audiências possam ser convertidas futuramente em eleitores. A disputa pela imposição das imagens predominantes acaba ocupando o centro da atividade estratégica da política. Para alcançar este objetivo, as estratégias políticas solicitam as competências e habilidades técnicas do marketing, das pesquisas de opinião, das consultorias de imagem e das assessorias de imprensa. Gomes salienta que essas habilidades e competências penetraram no bojo das estratégias políticas, sendo um “universo de serviços políticos essenciais para o sucesso das instituições nas competições eleitorais e no exercício do governo.” (GOMES, 2007, p.24)

Esse deslocamento das estratégias políticas para o campo da comunicação, suspeita Gomes (2007), seria o cerne de uma perda de autenticidade da política. O profissionalismo, a adoção de técnicas e conhecimento científico supõem um planejamento minucioso sobre o que será dito ou feito pelos agentes políticos frente aos veículos de comunicação. A orientação é atingir o maior número de pessoas e promover uma imagem positiva entre os diversos segmentos da população. A busca é de usufruir da credibilidade – que se conquista com isenção, honestidade, verdade, atualização, objetividade etc. - do jornalismo. (GOMES, 2007, p.51)

Gomes refere-se ao campo jornalístico da seguinte forma:

Trata-se de um espaço social onde se busca, controla e distribui um recurso ou valor específico em função do qual as práticas e representações se ordenam como um sistema. Esse recurso fundamental e específico está relacionado à autoridade jornalística e comporta prestígio, reconhecimento, fama, celebridade, lugar de fala. Como tal, o jornalismo representa uma forma imanente de controle e distribuição de poder material e simbólico e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um sistema de conflito na busca, controle e distribuição do capital simbólico do campo. (GOMES; 2007, p.53)

2.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO, ESFERA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Morigi (2004) destaca que foi a partir do século XX, com o avanço dos meios de comunicação no interior das sociedades, que as questões relacionadas à interação sociedade-comunicação aparecem com maior robustez, envoltos por uma emaranhada e heterogênea rede de sentidos. Os meios de comunicação começam a se tornar o palco central das discussões sobre aspectos ligados à sociedade. (p.3)

Segundo Guareschi e Biz (2005, p.43), hoje, cerca de 80 % dos assuntos falados pela sociedade são colocados à discussão pela mídia. Este dado reflete a mudança dos conceitos de “público” e “privado”. Para Guareschi e Biz (2005), público, hoje, está atrelado ao que é absorvido pelos meios de comunicação, o que é visível, ou seja, “o que foi midiaticado” (p.52). Para Morigi (p.7), a midiaticação “representa um posto avançado de observação e de construção dos sentidos”. O autor destaca que:

a mediação é resultante da articulação entre os dispositivos tecnológicos e das condições específicas da produção de sentido. A midiaticação é uma fala intermediária a tantas outras, mas com poder de articulação e enquadramento das demais. Ela as administra e fomenta a partir dos seus pressupostos ideológicos e culturais. Deste modo, evidencia-se o discurso midiático como sendo um produtor de sentidos a partir de outros discursos produzidos socialmente. Entretanto, sua força consiste no caráter persuasivo em dar visibilidade aos acontecimentos e às interpretações, possibilitando o acesso relativamente plural às mensagens e à produção de sentido social. (MORIGI, 2004, p.7)

Os meios de comunicação surgem como intermediários da vida pública. Ao interceptarem informações, eles selecionam o que irá circular no domínio público, expandindo suas pautas à sociedade. Desta maneira, os meios de comunicação indicam temas a serem debatidos, estimulando a fomentação de representações sociais sobre determinado assunto. Além disso, os próprios meios de comunicação, ao codificarem a linguagem científica, reinventam e transformam o conhecimento recebido em algo mais tangível ao receptor, em uma linguagem do “senso comum”. Operando nesta engrenagem por onde passam as informações, situam-se as Representações Sociais. Elas estão

tanto na absorção do conhecimento pelos meios de comunicação quanto na ação de retransmissão do mesmo. Assim, os meios de comunicação influenciam como são influenciados pelas representações sociais.

Para Jochvelovitch (2000) as representações sociais possuem uma gênese social e desenvolvem-se como parte da vida em sociedade, voltadas para a difusão de uma linguagem do senso comum. Conforme a autora:

As Representações Sociais são forjadas por atores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, coletivamente nos transcende. Elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada com a primeira: a dimensão da esfera pública (JOCHVELOVICH, 2000, p.81)

Conforme Jochvelovich (2000), para que existam as Representações Sociais é necessário um espaço de comunicação entre os atores sociais, no qual crenças, conceitos, interpretações, valores e conhecimentos possam ser revisitados, confrontados, absorvidos, transformados e compartilhados. Segunda a autora, é a esfera pública que propicia o encontro entre os atores sociais e, por consequência, onde ocorre a troca de saberes.

As representações sociais estão dedicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nos meios de comunicação, nas instituições e assim por diante. Este é o espaço em que elas se incubam, se cristalizam e são transformadas (JOCHVELOVICH, p.40).

Se as representações sociais emergem da esfera pública, enquanto espaço de intersubjetividades, como sustenta Jochvelovich (2000), os meios de comunicação desempenham uma função considerável na constituição das representações sociais. Para Morigi, os meios de comunicação remetem às representações sociais, pois:

Os meios de comunicação, nesse contexto, assumiram um papel que ultrapassa a condição de meros veículos das mensagens e conteúdos. Além de veicularem informações aos cidadãos, eles, no processo da comunicabilidade da cultura e seus valores, são responsáveis pela produção dos sentidos que circulam na sociedade. (MORIGI, 2004, p.3)

2.7 - A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais são fenômenos dirigidos à compreensão dos saberes que circulam em determinada sociedade ou grupo. Elas são a representação de algo, que pertence a todos, e são construídas de forma individual, através da absorção das informações capturadas no ambiente público pelo sujeito e processadas interiormente. É nesse cruzamento de conhecimentos que elas ganham vida, propiciando mutações simbólicas que se adaptem ao conhecimento pré-existente de grupos ou indivíduos. Elas orientam a compreensão sobre determinado assunto, viabilizando a conversa em uma esfera representacional partilhada entre diferentes atores sociais. Elas re-(a)presentam algo, a imagem torna-se palpável para o grupo.

O intuito da teoria das representações sociais é entender de que forma grupos constroem o conhecimento que compartilham, o chamado “senso comum”. A operacionalização das representações sociais se dá através da interação entre os atores da vida social, o modo como recebem, adaptam à sua realidade, re-significam, compartilham e (re) colocam em circulação determinados conhecimentos. Nas palavras de Moscovici as representações sociais são:

[...] fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade quanto senso comum (MOSCOVICI apud MORIGI; 2004, p.5).

Ainda na definição de Moscovici:

As representações sociais são sociais pelo fato de serem um fato psicológico de três maneiras: elas possuem um aspecto impessoal no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego (MOSCOVICI; 2003, p.211).

Wagner (1997) salienta as multifaces do conceito de Representações Sociais. Afirmando que, se por um lado as representações sociais são concebidas como “um processo social que envolve comunicação e discurso, ao longo do qual significados e objetos sociais são construídos e elaborados”, por

outro elas são “operacionalizadas como atributos individuais – como estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos distribuídos entre as pessoas em grupos ou sociedades” (WAGNER, 1997, p.149).

Para Jochelovitch (1997), a construção simbólica se dá através de uma rede de significados já constituídos. É via esta rede que o sujeito re-cria o que já está presente. Não sendo ele - o sujeito psíquico - abstraído da realidade social, tampouco fadado a reproduzi-la. Moscovici afirma que a teoria das representações sociais parte da diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, levando em conta toda heterogeneidade e imprevisibilidade. O objetivo das representações sociais é desvendar como os indivíduos e os grupos, a partir das suas diversidades, podem elaborar um mundo estável. Pois “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos.” (MOSCOVICI, 2003, p.46)

As representações sociais têm a função de dar sentido a determinados conhecimentos, assumindo uma forma perante o grupo, permitindo, assim, que os indivíduos envolvidos sejam capazes de travar e dar sequência a diálogos sobre algum assunto específico. Estudar as representações sociais é tentar destrinchar o modo como essas representações são construídas, o trajeto que elas percorrem até chegar a um denominador comum. Elas possuem a faculdade de expressar algo através de mensagens, seja pela fala, por imagens ou sinais. Jodelet resume o significado e a importância das representações sociais, afirmando que elas são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET apud SÁ; 1995, p.32).

É pela conexão entre indivíduos e sociedade que as representações sociais se desenvolvem. É dentro do processo de troca de saberes que elas ganham vida, surgindo do trabalho que indivíduos fazem para codificar os conhecimentos que lhes são apresentados pelo mundo em sociedade. Nessa trilha entre indivíduo e sociedade, a representação social vai tomando novos contornos, sendo esculpida por diversas mãos até estar pronta para ser difundida. Moscovici (MOSCOVICI apud PAVARINO, 2004, p.132) ressalta a participação ativa dos indivíduos na elaboração de um pensamento social, pois analisam as situações que os cercam, conjecturando sobre seus problemas e

soluções, não sendo, deste modo, simples receptores de conceitos, valores ou crenças.

Moscovici distingue dois universos: o reificado e o consensual. O reificado é compreendido por nós por intermédio das ciências. Este universo visa mapear os objetos e acontecimentos que estão alheios a nossa vontade e consciência, nele devemos agir de modo imparcial e submisso para entendê-lo. A busca, neste caso, é pela precisão intelectual e pelas evidências empíricas. Já as representações sociais se localizam no outro universo, no consensual. Pois a premissa deste é de que na sociedade as pessoas possuem as mesmas aptidões, onde todas podem elencar explicações acerca de variados temas e circunstâncias. As representações se orientam na busca pelo comum, naquilo que se torne legível ao grupo. É pelo consenso de significados que os indivíduos compreendem o que está sendo dito, propagado, revelado, julgado etc. As representações, neste caso, “restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos.” (MOSCOVI, 2003, p.52)

Para Bauer, a resistência é uma característica central da edificação das representações sociais. Ela cria, ao incorporar novas noções, e assegura a diversidade de nosso mundo simbólico. A resistência seria nosso “sistema imunológico” cultural. A função da resistência, segundo Bauer, pressupõe

[...] uma segmentação social em diferentes subculturas, que mantêm sua autonomia resistindo às inovações simbólicas que elas não produziram. Essa defesa toma a forma de re-(a) presentações. [...] novas ideias são assimiladas às já existentes, que neutralizam a ameaça que elas apresentam e, tanto a nova ideia, como o sistema que a hospeda, sofrem modificações nesse processo. (BAUER, 1997, p.229).

As representações sociais transformam o que Moscovici (2003) chama de não-familiar em familiar. O que é desconhecido – o não-familiar –, ao penetrar no circuito do indivíduo ou grupo, é absorvido e forçado a se adaptar a partir das representações já existentes. A tentativa é de conectar o não-familiar, dar sentido e explicações aos elementos estranhos. O não-familiar é introjetado

e navega por águas conhecidas até encontrar um porto onde possa desembarcar. Neste percurso, o não-familiar vai sendo incorporado ao que já é familiar, até transformar-se em algo nutrido de sentidos e que possa fazer parte do dia-a-dia. Sobre o familiar e o não familiar, Moscovici explica:

[...] as imagens, as ideias e a linguagem compartilhadas por um determinado grupo sempre parecem ditar a direção e o expediente iniciais com os quais o grupo tenta se acertar com o não-familiar. O pensamento social deve mais à convenções e à memória do que à razão; deve mais às estruturas tradicionais do que às estruturas ou perceptivas correntes. (MOSCOVICI, 2003, p.57).

Os processos formadores das representações sociais são a ancoragem e a objetivação. São esses, os mecanismos que permitem a transformação do não-familiar em familiar. Para Moscovici (2003), a ancoragem é um processo flexível, que abarca uma teia subjetiva de conhecimentos de modo a dar-lhes sentido. É o mecanismo que ingere o que é desconhecido e estranho para nós e busca realocá-lo em um local já conhecido, dando-lhe um nome, um significado. Já a objetivação se refere ao processo de cristalização de ideias, imagens, conceitos que dão um sentido concreto e objetivo para as mesmas. É o “núcleo duro”, na qual a representação já está sólida e fixada. Objetivar é construir uma imagem, modificar noções abstratas, materializando-as em algo palpável, quase tangível.

3. VILA CHOCOLATÃO

3.1. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DA VILA CHOCOLATÃO

Entre os anos 70 e 80, algumas famílias ocupavam uma área próxima à Usina do Gasômetro, em Porto Alegre. O local ficara conhecido como “Vilinha”. A instalação no local devia-se, em parte, ao antigo presídio – o Cadeião – onde se encontravam presos alguns parentes destas famílias. Com a desativação do presídio, as famílias retiraram-se do local, e algumas passaram a residir no terreno que daria origem à Vila Chocolate³. Segundo o levantamento aerofotogramétrico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no ano de 1982, no terreno onde a vila se constituiu, não existia nenhuma residência. O início de ocupação da área data de 1984, nas imediações da Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha. O local foi denominado por seus moradores de “Aldeia”⁴. Em meados dos anos 90 constituiu-se outra ocupação nas proximidades da Avenida Loureiro da Silva nº515, esta chamada de Vila Chocolate. O nome Chocolate é uma alusão ao prédio da Secretaria da Receita Federal que lembra uma barra de chocolate. Uma das peculiaridades desta comunidade é ser uma das primeiras ocupações feitas por pessoas em situação de rua no Brasil. Devido à existência de galpões de triagem de resíduos naquela área, famílias em situação de rua, ex-presidiários e pessoas vindas de outras cidades e estados que dependiam da coleta de materiais recicláveis para sobreviver se fixaram e construíram a comunidade, que veio a ser conhecida como Vila Chocolate.

A Vila Chocolate localizava-se, até maio deste ano (2011), em área pertencente à União, entre a Avenida Loureira da Silva e o parque Maurício Sirotsky Sobrinho - mais conhecido como Parque Harmonia. O limite de seu espaço territorial era desenhado pelos muros que a dividiam das instituições públicas ao seu entorno: Ministério Público, IBGE, TRF, Delegacia Federal da Agricultura e Justiça Federal. Sua principal entrada (localizada na Avenida

³ Informação extraída da monografia de MARCON; 2010, p.55.

⁴ Informação retirada do PPTS do DEMHAB.

Loureiro da Silva) representava o excesso de consumo da sociedade na qual vivemos: uma pujante cordilheira de lixo - alguns ensacados, outros esparramados - que se estendia até uma bifurcação. Seu interior era composto de ruelas que se modificavam devido aos frequentes incêndios que afligiam a comunidade. As ações do fogo, majoritariamente, ocorriam por causa das conexões irregulares de luz elétrica, os chamados “gatos”. Seus casebres eram remendos de sobras de madeira, papelões, lonas. O “asfalto” percorrido pelos carrinhos-de-tração-humana (veículo utilizado pela maioria dos moradores para coleta de materiais recicláveis) era de terra batida – puro barro, quando chovia. As chuvas intensificavam as condições já insalubres da vila, pois nela não existia saneamento básico; lixos flutuavam em poças, as águas caídas do céu hibridizavam-se com o chorume, insetos, dejetos de cães e ratos. Para viabilizar a inserção nas partes mais alagadas, tábuas e pedras eram postas pelos moradores.

Era através do trabalho de papelheiro que a maioria das famílias obtinha sua renda na antiga vila. Os homens predominavam nesta atividade. As mulheres, geralmente, faziam a separação dos materiais recolhidos pelos cônjuges. No entanto, é importante salientar que muitas mulheres também “puxavam” carrinhos, ou seja, também eram “papeleiras”. Sobre a configuração econômica da antiga vila, segundo estudo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, funcionavam no local sete pequenos pontos de comércio, seis pontos de comercialização e troca de materiais metálicos (“ferro-velho”) e seis depósitos de materiais recicláveis. Os donos dos depósitos – conhecidos como “atravessadores” - figuravam como os principais “empregadores” da comunidade.

Além disso, alguns donos de depósitos também eram “proprietários” de algumas moradias. Como muitas pessoas não possuíam nem moradia nem veículos-de-tração-humana, a estadia e o trabalho de algumas famílias dependiam da relação com os depósitos. A relação era a seguinte: o dono do depósito cedia ao papelheiro um “veículo-de-tração-humana” para que este coletasse materiais recicláveis. Em contrapartida, o papelheiro era obrigado a vender o material coletado para o depósito que lhe cedeu o carrinho, caso contrário – se os resíduos fossem negociados com outro depósito - perderia o direito de utilizá-lo. A relação se estendia, em alguns casos, à moradia. Os

donos de depósitos cediam uma habitação ao papelero, e estes ficavam restritos a trabalhar somente para o depósito que lhe abrigara, caso contrário teria de se retirar da residência.

Levantamento realizado pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEM HAB) a respeito da característica da população da Vila Chocolatão, no ano de 2009, chegou aos seguintes dados:

Construções identificadas: 225, a tabela nº1 apresenta os números de cada tipo de construção

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	4
GALPÕES/DEPÓSITOS DE RECICLAGEM	8
TOTAL DE DOMICÍLIOS DE USO MISTO	25
MORADIA E COMÉRCIO SIMULTÂNEOS	3
MORADIA E LOCAL DE ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	22
INSTITUIÇÃO RELIGIOSA	1
DOMICÍLIOS EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS	187
MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO	3

A tabela nº2: dados relativos à população

NÚMERO DE FAMÍLIAS	225
NÚMERO DE MORADORES	732
HOMENS	376 (51,3%)
MULHERES	356 (48,7%)
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	16
ESTRUTURA ETÁRIA	69% do total populacional possuem até 28 anos
POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (0 – 14 anos)	45,00%
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	54%.
IDOSOS	2,30%

Tabela nº3: Situação educacional

CRIANÇAS DE 0 a 6 ANOS	31% frequentam estabelecimentos de educação infantil
CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 7 e 14 ANOS	97% estão inseridos em escolas da região
ESCOLARIDADE DA COMUNIDADE	6% da População em Idade Ativa declararam-se analfabetos; 52% possuem até cinco anos de estudo

Tabela nº4: Trabalho, renda e origem

RENDA PER CAPTA DOS TRABALHADORES	74% recebem até 1 salário mínimo mensal; renda per capita média de 0,7 salário mínimo
PESSOAS QUE TRABALHAM COM COLETA DE MATERIAS RECICLÁVEIS	45,00%
DESEMPREGADOS	24,00%
ENTRE OS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS	44% homens (99); 56% mulheres (126)
ORIGEM DOS RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIA	Predominância de oriundos de Porto Alegre, destes 79% sempre moraram em vilas irregulares
ANTERIORMENTE ENCONTRAVAM-SE EM SITUAÇÃO DE RUA	9,00%

3.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PAPELEIROS DA VILA CHOCOLATÃO

Este subcapítulo visa a resgatar os resultados obtidos na pesquisa de extensão intitulada: *“Depoimentos de papeleiros do centro de Porto Alegre: construindo valores de urbanidade e cidadania”*, realizada junto a adultos, catadores de lixo reciclável, residentes na Vila Chocolate, de março a dezembro de 2009, pelo Núcleo de Estudos em Construção de Valores, Identidade e Violência na Adolescência (CONVIVA). Pesquisa que culminou na elaboração de um artigo já encaminhado - e no aguardo de aprovação - para a revista *Psicologia e Sociedade*, servindo de suporte empírico para o

presente estudo. O objetivo, neste caso, é agregar informações a respeito do objeto analisado e colaborar com uma reflexão mais ampla sobre o reassentamento dos moradores da Vila Chocolatão e suas implicações. Por não se tratar do foco principal deste estudo, a apresentação destes dados será curta. O método de investigação foi a descrição etnográfica, seguida de análise de conteúdo da triangulação dos seguintes instrumentos: registros de observações do diário de campo, documentos consultados (matérias jornalísticas e registros oficiais sobre a comunidade) e diálogos – incluindo conversas informais e entrevistas consentidas com cinco papeleiros residentes na comunidade.

As categorias emergentes seguem abaixo.

1) PÚBLICO E PRIVADO

Na Vila Chocolatão, foram identificados diversos exemplos de transformações ocorridas na fronteira entre as esferas pública e privada. As casas “alugadas” ou compradas constituíam o espaço privado, apesar de estarem em um terreno público. O lixo público recolhido nas ruas tornava-se propriedade de quem os coletou. Além disso, constatou-se uma relação dúbia entre o DMLU (órgão público responsável pela coleta do lixo) e os papeleiros, que ora eram concorrentes e atrapalhavam o serviço da coleta, ora colaboravam informalmente para a limpeza da cidade.

2) O TRABALHO DE PAPELEIRO

Foram descritos como aspectos positivos do trabalho de “papeleiro” a autonomia em relação ao horário de serviço, bem como o recebimento de mobílias através de doações da população ou achadas no lixo. As representações sociais da condição de trabalho e salário de outras profissões contribuíam para uma avaliação positiva do serviço de papeleiro. Foram citados os baixos salários dos professores e o desgaste físico de se trabalhar na construção civil, principalmente por aqueles de idade mais avançada. Os aspectos negativos estavam associados a lidar com as intempéries – chuvas, frio e o forte calor do verão - e os perigos de mexer no lixo.

A relação com “os de fora”⁵ mais corriqueira era com os prédios e condomínios, considerados pontos certos de coleta que, conquistados, facilitariam o serviço - além de aumentar a renda. Por esse motivo, eram extremamente disputados entre os papeleiros. Conquistado o ponto, o papeleiro tornava-se responsável pela coleta de todo o lixo destes locais, independente de ser reciclável ou orgânico, e deveria submeter-se aos horários e dias pré-estabelecidos, caso contrário perderia o acesso ao lixo.

3) O PESO DA LEI N° 10.531

Os papeleiros manifestaram desconhecimento e/ou indignação acerca da lei que prevê a proibição da circulação dos carrinhos e carroças, mostrando preocupação quanto ao futuro, devido à baixa escolaridade e poucas chances no mercado formal de emprego. Alegaram que a retirada dos carrinhos e carroças aumentaria a miséria e a criminalidade. As representações sociais acerca dos políticos como corruptos, hipócritas e despreocupados com os mais pobres foram utilizadas como possíveis explicações para a aprovação da medida.

4) COOPERATIVAS

Ancorados em experiências negativas do trabalho em cooperativas, as quais não seguiam o modelo de equidade (havendo os que “mandam” e os que “trabalham”, além da divisão desigual da renda obtida), os entrevistados mostraram-se contrários a esta alternativa de trabalho apresentada pela prefeitura. Além disso, argumentaram uma possível perda de autonomia, aumento no número de horas trabalhadas e diminuição da renda (muita gente dividindo uma parcela reduzida do arrecadado).

5) TRANSFERÊNCIA DA VILA

O território cedido para o reassentamento das famílias desagradava, por causa da sua distância em relação ao centro da cidade. Mostraram-se temerosos quanto à manutenção da fonte de renda. A mudança significava perda de referência, aumento da violência e incerteza quanto à sobrevivência.

⁵ Excerto extraído de entrevista realizada em 2009 junto a papeleiro morador da Vila Chocolate, em resposta a pergunta sobre “Como é a sua relação com a sociedade?”

As possíveis consequências elencadas foram a fome, a miséria e o retorno às ruas. O objetivo da prefeitura, segundo alguns, era a preocupação em ter uma imagem “limpa” da cidade para os futuros turistas que virão à Copa do Mundo de 2014.

6) POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO

Mostraram-se insatisfeitos com as políticas dirigidas à comunidade, declarando só terem contato com autoridades em época de campanhas eleitorais. A falta de comunicação e a alteração de discursos por parte das entidades públicas implicava na desconfiança quanto ao que lhes era dito, além de se sentirem alheios às decisões, como na imposição do local de reassentamento.

3.3 NOVA CHOCOLATÃO

Em julho de 2006, o DEMHAB pronunciou (Fonte:Diário Gaúcho) que os moradores da Vila Chocolatão seriam removidos. No dia 12 de maio do corrente ano (2011), quase cinco anos depois, o reassentamento da comunidade teve início. A última moradora foi removida no dia 24 do mesmo mês. A área do novo loteamento foi doada pela União, por meio do Governo Federal (Ministério do Planejamento). Das 225 famílias que residiam na antiga vila, cento e oitenta e uma famílias foram transferidas para o loteamento, localizado na Avenida Protásio Alves, nº 9099, no Bairro Mário Quintana, na Região nordeste de Porto Alegre.

A região para a qual a comunidade da Chocolatão foi removida já era, desde o anos 80, como consta no Projeto de Trabalho Técnico Social do DEMHAB, “um local destinado a reassentamentos promovidos pelo poder público, deslocando-se para a área um número significativo de populações removidas de áreas de risco e ocupações irregulares do restante da cidade.” Os constantes reassentamentos culminaram em um surto populacional no bairro, conseqüentemente houve aumento na demanda em relação a equipamentos e serviços urbanos.

O bairro Mário Quintana possui 28.518 habitantes, representando 2,10% da população do município. Sua densidade demográfica é de 4.206,19

habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 7,6 %%. Há na região vinte e cinco (25) ocupações irregulares de médio porte (de 100 a 500 domicílios).

O Índice de Vulnerabilidade Social da região é considerado muito alto. A maioria das famílias são pobres (67,29% das famílias moradoras), 8,4% dos chefes de famílias são analfabetos e 74,4% não concluíram o ensino fundamental. O índice de mortalidade infantil (22,3 mil por cem) é o mais elevado entre as dezesseis regiões do Orçamento Participativo, e a expectativa de vida é a mais baixa das regiões. A vulnerabilidade habitacional é uma das características do bairro, 29,6% dos domicílios estão localizados, como define o Trabalho Técnico e Social do DEMHAB, em “aglomerados subnormais” e 43,4% são irregulares.

A área atualmente ocupada pelos moradores da Chocolatão fica a 10km de distância da localização anterior. Segundo estudo realizado por Nilena Nalin (2007) a respeito dos reassentamentos urbanos em Porto Alegre, a distância é um elemento vital a ser analisado antes da implementação de uma transferência. Tem implicações diretas na vida dos reassentados e na região que receberá o loteamento, sendo necessário um estudo profundo sobre as condições de saúde, educação, trabalho, transporte, entre outros, para identificar os possíveis impactos. Alguns bancos financiadores de políticas de reassentamento urbano, como o BID e o FONPLATA, estipularam o limite máximo de distância entre a área anterior e a de reassentamento em 1,5km, sendo este o requisito básico para patrocinar este tipo de intervenção pública. A distância entre a antiga Chocolatão e a nova, como foi dito antes, é de 10km. O objetivo desta condição de financiamento é “para evitar o impacto de vizinhança, preservando os vínculos construídos e a relação com os equipamentos comunitários e outros recursos do entorno.” (NALIN, p.114, 2007). O DEMHAB estava ciente da importância da localização para os moradores, como mostra este excerto do Projeto de Trabalho Técnico Social realizado pelo Departamento:

Entendemos que as características desta comunidade (que sobrevive da catação e triagem de resíduos, que situa-se na região central da cidade próxima a equipamentos públicos e com alto grau de vulnerabilidade) são a fonte de maior foco de resistência da comunidade da Vila do Chocolatão para a aceitação da sua transferência para o novo local de moradia. Nesta direção, os

técnicos sociais reconhecem como fundamental o trabalho intersecretarias, buscando integrar esta comunidade nas diferentes políticas sociais desenvolvidas na região. Iniciativas semelhantes já ocorreram, onde parcerias entre diferentes órgãos públicos e iniciativa privada foram objetos de projetos parcialmente executados.” (Projeto de Trabalho Técnico Social PTTS, DEMHAB, outubro 2009)

A estrutura física do loteamento construído pelo DEMHAB se difere muito da antiga Vila Chocolateão. As casas são de alvenaria, o local possui redes de abastecimento de água, de esgotos cloacal e pluvial, de energia elétrica, estação de tratamento de esgotos, ruas pavimentadas e iluminação pública. Possui uma unidade de triagem de resíduos que, segundo a prefeitura de Porto Alegre, pode abrigar até 60 recicladores por turno. A unidade de triagem de resíduos foi a alternativa escolhida pela prefeitura para compensar os trabalhadores que dependiam da coleta de materiais recicláveis no centro da cidade.

3.4 POLÍTICA PÚBLICA DE REASSENTAMENTO EM PORTO ALEGRE

A referência utilizada para este subcapítulo é a dissertação de mestrado de Nilene Maria Nalin, intitulada “Os significados da moradia: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre”, defendida em 2007.

De 1972/1973 até 2007, o número de vilas irregulares em Porto Alegre aumentou de 124 para 361, sofrendo um aumento de 291%. A política de remoção de vilas, historicamente, partiu do princípio de retirada dos mais pobres das áreas consideradas nobres da cidade. A região do centro de Porto Alegre, onde se localizava até alguns meses atrás a Vila Chocolateão, possui um histórico de remoções – especialmente nos anos 40 e 50 -, nas quais os moradores eram deslocados para áreas periféricas da cidade (NALIN; 2007). No início do século XX, Porto Alegre não tinha registros de vilas irregulares permanentes. Contudo, conforme GRARAYP (D’ÁVILA aput NALIN; 2007), no centro da cidade, segundo recenseamento feito em 1909, crescia o número de cortiços localizados nos becos e nas ruelas. Esta situação se alterou na década de 20. No lugar dos becos e ruelas foram construídas ruas e avenidas. “Tudo indicava a criação da dicotomia entre bairros pobres e o centro rico.” (D’ÁVILA aput NALIN; 2007). NALIN assinala que a ideologia da época, executada pela

Inspetoria de Higiene sob as ordens da Intendência Municipal, pregava que os moradores dos cortiços “deveriam ocupar os arrabaldes que já vinham sendo povoados por camadas baixas da população”. Pois, “na cidade propriamente dita, só deveriam residir os que podiam sujeitar-se às regras da higiene e da moral”. (PESAVENTO apud NALIN, 2007 p.58). A região do OP Centro, composta por 18 bairros, está em décimo lugar entre as dezesseis regiões do OP no que se refere ao número de núcleos e vilas, representando 1,65% dos domicílios irregulares, contra 7,01% na região nordeste – para onde foram transferidos os moradores da Vila Chocolatão.

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS

A análise documental foi empregada para examinar o material selecionado para este estudo, quais sejam: o Laudo Técnico Sócio-econômico do processo de reassentamento da Vila Chocolate elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros; as informações presentes no site oficial da Prefeitura de Porto Alegre; e os textos jornalísticos dos sites Correio do Povo e ClicRBS. Este método, segundo Moreira (2005), “serve como expediente a consulta a documentos oficiais, técnicos ou pessoais” e “compreende a identificação, a verificação e a apreciação” destes para determinado fim (p.270-271). O corte temporal para coleta dos dados partiu do mês de fevereiro de 2011 - mês no qual o Laudo Técnico Sócio-econômico foi concluído (estando, portanto, acessível à imprensa) – a maio do mesmo ano (mês que foi iniciada e finalizada a remoção das famílias).

A análise de conteúdo da triangulação dos dados oferecidos pelo material coletado foi aplicada com o objetivo de identificar categorias emergentes a respeito do objeto deste estudo, visando identificar como os veículos jornalísticos realizaram a cobertura sobre o assunto, bem como as representações sociais veiculadas.

Este método vem sendo utilizado por inúmeros campos do conhecimento das ciências humanas, como os da comunicação social, psicologia, ciências sociais, história, entre outros. Como destaca Fonseca Junior, a análise de conteúdo caracteriza-se por sua alta capacidade de adaptar-se aos desafios emergentes nos estudos de diversas áreas, aliando técnicas distintas de pesquisa (FONSECA, 2006, p. 280).

Segundo o autor, “no contexto dos métodos de pesquisa em comunicação de massa, a análise de conteúdo ocupa-se basicamente com a análise de mensagens” (p.286).

Fonseca organiza a análise de conteúdo em três fases cronológicas: 1) Pré-análise: é o planejamento do trabalho, procurando sistematizar as idéias iniciais; 2) Exploração do material: envolve operações de codificação em função de regras previamente formuladas; 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: o tratamento de forma a validar e tornar significativos os resultados brutos (p.290).

Morigi ressalta que, frequentemente, quando o objetivo é identificar as representações sociais nos meios de comunicação:

inclui-se a análise de conteúdo das coberturas que a mídia realiza a respeito dos temas que trata, pois as representações sociais se encontram tanto nas mentes das pessoas como nos meios, sendo necessário interceptá-las, exemplificá-las e analisá-las em ambos os lugares. (MORIGI, 2004, p.5).

4.1 CATEGORIZAÇÃO

No conjunto de técnicas da análise de conteúdo a análise categorial é a mais antiga e usual. Segundo Bardin (1977) esta técnica “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (p.153).

Foi adotada a formulação de categorias a “posteriori” ao invés de a “priori”, pois, segundo Milnitsky-Sapiro (2005, p.6), este

procedimento metodológico visa respeitar e reconhecer as subjetividades impregnadas no seu contexto e, fundamentalmente, retratar aspectos históricos, registros e marcas estruturais e documentais, possibilitando a instância da validade externa.

O primeiro passo do percurso metodológico deste estudo foi a “leitura flutuante”, na qual a atenção é voltada às “falas, depoimentos e interpretações implícitas no material a ser analisado” (SAPIRO, 2005, p.7). Após procedeu-se uma releitura para assinalar as transições relevantes nos materiais analisados e, a partir da identificação das unidades de significado emergentes, a consolidação das categorias.

4.2 A AMOSTRA

A busca aos materiais de pesquisa se deu através da internet. Ao todo, foram encontradas 26 publicações - considerando o corte temporal da amostra - a respeito da Vila Chocolatão nos portais de notícias (15 no Correio do Povo e 11 no ClicRBS). No site oficial da Prefeitura acessou-se 15 matérias. O Laudo Técnico Sócio-econômico sobre o processo de reassentamento da Vila Chocolatão também foi acessado pela web. A coleta dos dados foi executada

em agosto deste ano (com exceção do Laudo Técnico Sócio-econômico). No caso dos sites a busca pelos materiais, inicialmente, se desenvolveu no banco de dados dos mesmos e posteriormente pesquisou-se no Google. Os termos utilizados foram “Vila Chocolatão”, “reassentamento da Vila Chocolatão”, “transferência dos moradores da Chocolatão”, entre outras frases, na tentativa de explorar ao máximo a ferramenta de busca. Todos os artigos achados foram incorporados ao estudo, menos aqueles que não se encaixavam no período delimitado. O Laudo Técnico Sócio-econômico já havia sido acessado antes de iniciar este estudo.

O Correio do Povo e ClicRBS foram selecionados para este estudo por tratarem-se dos portais de notícias pertencentes aos maiores conglomerados de comunicação atuantes no Estado do Rio Grande do Sul (Grupo Record e Grupo RBS, respectivamente). Ambos têm como características serem um apanhado geral dos materiais jornalísticos que são veiculados nos jornais, rádios e emissoras de televisão que compõem seus grupos de comunicação. O site do Correio do Povo é abastecido, principalmente, com informações provenientes do Jornal Correio do Povo, da Rádio Guaíba e da TV Record RS (vice-líder de audiência no estado). Já as informações do ClicRBS vêm, principalmente, dos jornais Zero Hora e Diário Gaúcho, Rádio Gaúcha, e RBS TV (líder de audiência no estado). Os três jornais impressos que subsidiam os referidos portais de notícias são os mais vendidos no Rio Grande do Sul e figuram entre os dez (10) mais vendidos do Brasil, segundo estudo realizado pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), no ano de 2010. A classificação e os dados seguem abaixo

1º lugar no Rio Grande do Sul e 6º no Brasil: **Zero Hora** – média de 184.663 exemplares/dia

2º lugar no Rio Grande do sul e 8º no Brasil: **Correio do Povo** – média de 157.409 exemplares/dia

3º lugar no Rio Grande do Sul e 9º no Brasil: **Diário Gaúcho** – média de 150.774 exemplares/dia

Entre as rádios mais utilizadas como fonte pelos referidos portais de notícias, segundo pesquisa do IBOPE sobre a audiência na região

metropolitana de Porto Alegre, em março de 2011 a Gaúcha ocupava o segundo lugar entre as emissoras AM, enquanto a Guaíba aparecia em quarto.

O material coletado foi interpretado da seguinte maneira: produção técnico-científica (Laudo Técnico Sócio-econômico); versão oficial (site da prefeitura de Porto Alegre) e imprensa (Correio do Povo e ClicRBS). Foi adotada esta classificação para analisar a postura dos veículos jornalísticos quanto ao conteúdo presente nestes documentos. O conteúdo dos sites jornalísticos acerca do tema apresentou um grau elevado de similitude, motivo pelo qual foram reunidos na mesma classificação: imprensa. A tabela abaixo apresenta a data e os títulos dos artigos encontrados nos portais de notícias.

	CORREIO DO POVO	CLICRBS
FEVEREIRO	Vila Chocolatão terá praça na Protásio - 01/02/2011	
MARÇO	Incêndio atinge a vila Chocolatão – 09/03/2011	Incêndio atinge quatro casas na Vila Chocolatão - 08/03/2011
		Contagem regressiva para o início de uma nova Chocolatão - 12/03/2011
ABRIL	Prefeitura e União assinam termo de cessão de área para Nova Vila Chocolatão 18/04/2011	União formaliza cedência de área da Vila Chocolatão – 18/04/2011
	Transferência de moradias – 19/04/2011	
MAIO	Trabalho em vila vira documentário – 03/05/2011	Chocolatão chega ao fim - 10/05/2011
	Feira arrecada verba para reassentados – 04/05/2011	Após mudança, cachorro preocupa ex-morador da Chocolatão: "Ele está meio desconfiado" - 12/05/2011
	Termo de compromisso formaliza transferência de moradores da Vila Chocolatão - 09/05/2011	Moradores de Chocolatão começam vida nova - 12/05/2011

	Oficializada transferência de famílias – 10/05/2011	Residencial recebe galpão de reciclagem em Porto Alegre - 12/05/2011
	Moradores da vila Chocolatão começarão a ser transferidos amanhã - 11/05/2011	Remoção de vila da Capital coloca à prova modelo de transferência de comunidades insalubres - 12/05/2011
	Nova Chocolatão nasce com 10 famílias – 12/05/2011	"Agora só falta uma namorada nova", brinca ex-morador da Vila Chocolatão, na Capital - 12/05/2011
	Primeiras dez famílias são transferidas da vila Chocolatão – 12/05/2011	Criada na Vila Chocolatão, Andressa comemora mudança: "Espero muitas coisas boas" - 12/05/2011
	Processo é acompanhado 13/05/2011	Zambiase e a Vila Chocolatão - 17/05/2011
	Chocolatão: vida se transforma 13/05/2011	
	Nova Chocolatão é entregue a moradores 13/05/2011	
	Chocolatão é inaugurado 14/05/2011	

5 - RESULTADOS

Abaixo do título de cada categoria está a análise do conteúdo relativa aos documentos consultados, listados nesta ordem: 1º Laudo Técnico Sócio-econômico sobre o processo de reassentamento da Vila Chocolate (produção técnico-científica); 2º site da prefeitura de Porto Alegre (versão oficial); 3º Imprensa (Correio do Povo e ClicRBS). Esta separação visa simplificar a observação das semelhanças e contrastes presentes no conteúdo dos materiais.

As categorias emergentes foram: I) O processo de decisão sobre a medida; II) A antiga e a nova Chocolate; III) Os moradores e a transferência da vila; IV) O projeto de reassentamento.

I) O PROCESSO DE DECISÃO

O LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO SOBRE A VILA CHOCOLATÃO

A pouca ou nenhuma participação da comunidade nas decisões relativas ao processo de reassentamento é um dos assuntos mais enfatizados no Laudo Técnico. O estudo aponta que líderes e moradores se sentiam alheios ao processo de reassentamento

no que se refere à execução do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), apresentado pelo DEMHAB, em todos seus eixos de atuação (Mobilização e Organização Comunitária – MOC, Educação Sanitária Ambiental – ESA ou Geração de Trabalho e Renda – GTR). (LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO, p.5, fevereiro 2011).

O estímulo à autogestão e à capacitação da comunidade, previstos no Projeto Técnico de Trabalho Social do DEMHAB, não estava ocorrendo até o momento da publicação do Laudo (citando relato dos moradores). Também é referido que as diretrizes do Programa de Urbanização de Assentamentos

Precários da Secretaria Nacional de Habitação e do Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257, que impõe a participação direta da população no processo de discussão dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, não estavam sendo respeitadas no processo de realocação desta comunidade. Segundo o documento, as ações eram “*pacotes prontos*” apresentados à comunidade (p.6). O cronograma do PTTS (Programa de Trabalho Técnico Social do DEMHAB) incluiria várias reuniões de apresentação de projetos e socialização de informações, inexistindo, no entanto, reuniões de participação da comunidade /audiências públicas, conforme recomenda o Estatuto da Cidade que impõe a gestão democrática e participação comunitária. A ausência de participação envolveu todo projeto, o que foi constatado na sua execução e no programa previsto pelo PTTS. As decisões, portanto, teriam sido tomadas de maneira arbitrária pelos órgãos públicos. O testemunho de “Seu” Ademir - líder comunitário na época – é utilizado para demonstrar a maneira que o processo era conduzido: “*Quando nós soubemos já estava até com as casas prontas*” (p.42)

O SITE DA PREFEITURA

Através de seu site oficial, a prefeitura fez menções gerais sobre o processo de decisões acerca do reassentamento dos moradores da Vila Chocolatão, sempre atrelado a “*um esforço conjunto da prefeitura, da comunidade e dos parceiros*” (site prefeitura, 13/05/2011, citação indireta do prefeito José Fortunati). A respeito deste processo, a única manifestação da comunidade é de Fernanda Simões Pires, que diz: “*Sentamos e buscamos parcerias, por isso esse projeto está sendo possível e está acontecendo*” (site prefeitura, 09/02/2011). No restante, as fontes são de entidades envolvidas na execução da medida.

Salienta, também, a Rede de Governança e Sustentabilidade da Vila Chocolatão, na qual a coordenadora, Vânia Gonçalves de Souza, destaca o já referido esforço: “*estamos trabalhando com a comunidade há 4 anos com apoio dos nossos parceiros e dos moradores*” (site prefeitura, 17/03/2011)

A formalização da transferência é relatada da seguinte forma:

O Município de Porto Alegre, por meio da Procuradoria-Geral do Município (PGM), Demhab e DMLU, a União Federal e o Ministério Público Federal firmam, na segunda-feira, 9, termo de compromisso para a transferência das famílias que moram na Vila Chocolate. A assinatura do termo de compromisso, que também contará com associações de moradores, será realizada às 15h30, no gabinete da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (site prefeitura, 06/05/2011).

A participação da comunidade se dá através da presença dos moradores no dia em que o termo de compromisso viria a ser assinado. Através da citação do procurador-geral do Município, João Batista Linck Figueira, o termo de compromisso *“demonstra o espírito de colaboração e transversalidade entre as diversas esferas do poder público e da sociedade no sentido de garantir a dignidade das pessoas que ali vivem e de valorizar o direito à moradia”* (site prefeitura, declaração de João Batista Linck, 06/05/2011)

A única participação direta dos moradores que consta no site foi a escolha do nome do loteamento: Residencial Nova Chocolate (site prefeitura, 12/05/2011).

A IMPRENSA

Os portais de notícia reiteram que a prefeitura de Porto Alegre, a União Federal e o Ministério Público Federal assinaram o termo de compromisso para a transferência, no qual o município se comprometeu com a remoção da comunidade, com a garantia das novas moradias, atendimento de saúde, educação, trabalho e lazer, além de incluir as famílias excedentes no empreendimento Jardim Paraíso (bairro Restinga).

Também foi citada a participação de órgãos públicos, empresas, ONG's e comunidade no processo de desenvolvimento das ações referentes à transferência. Há três trechos, dois provenientes de fontes, afirmando a

existência de diálogo entre os envolvidos na tomada de decisões. Os mesmos seguem abaixo.

Fonte: Procurador-geral do Município, João Batista Linck Figueira

Declaração: *"É resultado da rede de transversalidade que estamos construindo e com a qual a sociedade só tem a ganhar"* (Correio do Povo Online, 10/05/2011)

Fonte: Representante do Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) na Austrália, Elisabeth Ryan; (duas notícias repetem a mesma declaração)

Declaração: *"Todas as decisões foram tomadas em negociação com a comunidade. Não houve imposições. Isso é extraordinário"* (Correio do Povo Online, 12/05/2011 e 13/05/2011)

"A realidade difícil enfrentada pelos moradores, graças ao diálogo entre a prefeitura e seus moradores, começa a mudar." (ClicRBS, 17/05/2011)

Assim como diz o site da prefeitura, o nome do loteamento foi a única escolha atribuída aos moradores: Residencial Nova Chocolateão.

II) A ANTIGA E A NOVA VILA CHOCOLATÃO

O LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO SOBRE A VILA CHOCOLATÃO

Os problemas apresentados no Laudo, relativos à antiga vila, apontavam para a ausência de saneamento básico, nos frequentes incêndios ocorridos na comunidade e na precariedade das residências. Entretanto, o documento afirma que a comunidade tinha assegurados alguns direitos previstos constitucionalmente, tais como: saúde, renda, trabalho e educação, além dos

laços sócio-afetivos estabelecidos pelos moradores com o lugar.

No caso da educação, destaca que grande parte das crianças da comunidade encontrava-se regularmente matriculada e possuía fácil acesso às instituições de ensino, bastando, para algumas crianças, apenas atravessar a rua e andar poucos metros para chegar à escola. O fácil acesso foi considerado de extrema importância, devido aos problemas do transporte público de Porto Alegre e o baixo poder aquisitivo da população da Vila Choclatão. Além disso, o número de alunos por classe era adequado e propiciava um ambiente favorável para o ensino.

No que tange ao direito à saúde, a comunidade era atendida pela Unidade de Saúde Santa Marta – que, segundo o laudo, *“encontra uma excelente gama de serviços prestados no local”* (p.36), tendo lá os moradores seu cadastro, em que é possível visualizar o histórico de cada um, através de seu prontuário de atendimento, facilitando o diagnóstico do paciente. Além disso, há fácil acesso aos grandes hospitais e as emergências.

O laudo afirma que a alternativa de trabalho e renda apresentada pelo DEMHAB desconsiderou a realidade dos moradores da Vila Choclatão, não levando em conta a drástica ruptura que haverá na forma como a comunidade está estabelecida economicamente (p.10). Os moradores não teriam sido preparados nem consultados sobre a nova estrutura de trabalho proposto. Pelo fato de estarem acostumados ao trabalho de coleta independente, a transformação de “papeleiros” em recicladores em regime associativo deveria ser planejada, de modo a capacitar e conscientizar os moradores dos requisitos desta nova função, sob pena de não ser efetivada a geração de renda, *“existindo extremo risco de novo refúgio dessa população na informalidade”* (p.19).

Além disso, a construção de apenas um galpão de reciclagem não comportaria o número de pessoas que têm na coleta de resíduos a sua fonte de renda. Sobre o galpão de triagem, o documento diz que:

Em decisão recente, contradizendo o compromisso afirmado anteriormente pelos elaboradores do PTTS, tem-se que esse único

galpão abarcará apenas quarenta (40) trabalhadores, dessa maneira excluindo a maioria dos moradores da comunidade, já que a base da geração de renda da Vila Chocolateiro é formada maciçamente por catadores, evidenciando a fragilidade com que a autonomia e a geração de renda da comunidade é tratada na aplicação do processo de reassentamento. (LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO, fevereiro 2011, p. 17).

O laudo assinala os perigos da política adotada para o funcionamento do galpão, devido a este depender exclusivamente, por um contrato de dois anos, do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). Isso inibiria qualquer ação de reivindicação por parte dos moradores – seja rescisão contratual ou greve -, já que não haveria indício algum de alternativas de subsistência da comunidade (p.23).

O documento, também, aponta deficiências na região de assentamento no que tange o acesso a saúde, educação, transporte, trabalho e renda. Além disso, destaca sua densidade demográfica altíssima (na região da antiga chocolateiro era de 716,09 habitantes por km² contra 4.206,19 habitantes por km² da área de reassentamento), a existência de 25 ocupações irregulares (que necessitarão serem regularizadas – o que perpassa pela necessidade de espaço territorial), e o fato da região possuir o maior índice de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida. O Laudo afirma que nada foi apresentado pela prefeitura para modificar esta situação, conseqüentemente, a inclusão de mais mil moradores tende a acarretar na piora dos serviços públicos prestados na região (LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO, p.26, fevereiro 2011).

Em relação à saúde, o laudo classificou como retrocesso social a realidade proposta. Pois, no bairro Mário Quintana, região do novo loteamento, há somente duas Unidades Básicas de Saúde, as quais evidenciam indícios de já estarem operando no limite de sua capacidade (p.37). A inexistência de hospitais de grande porte nas imediações resultará em dificuldades no atendimento emergencial, além de gastos com transporte, onerando o orçamento já restrito destes moradores. O estudo também aborda os problemas em relação à distância de 10km da localização original para a área de reassentamento. Afirma que haverá impacto econômico na comunidade. Pois, nova localidade, a fonte de renda provinda da coleta de materiais

recicláveis no centro da cidade se tornará inviável.

O documento cita a informação contida no próprio Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) para reafirmar as carências de equipamentos públicos na região. Abaixo o excerto utilizado:

A área conhecida como Chácara da Fumaça tornou-se um local destinado a reassentamentos promovidos pelo poder público, deslocando-se para a área um número significativo de populações removidas de áreas de risco e ocupações irregulares do restante da cidade. O bairro sofreu, então, um surto populacional, ocasionando uma série de demandas em relação a equipamentos e serviços urbanos. (PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL apud LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO, 2011, p.25)

A nova localidade, portanto, deve atender da mesma forma a facilidade de acesso a diversos aparelhos sociais propiciada pela região central onde a Vila localizava-se, *“sob pena de se estarem suprimindo direitos já efetivados”*.

O SITE DA PREFEITURA

O texto do site compara as diferenças entre as condições precárias da antiga vila, *“área cercada por lixo, condições insalubres, com dejetos escorrendo entre os becos e sob constante risco de incêndios”* (site prefeitura, 11/05/2011) com a infraestrutura construída na nova: ruas pavimentadas, iluminação pública, casas de alvenaria, estação de tratamento de esgotos, banheiro, creche, unidade de triagem de resíduos, praça, quadra poliesportiva, telecentro e quatro unidades de comércio e serviços, para demonstrar os benefícios da remoção. Sobre o entorno, apenas cita que a antiga vila localizava-se na região central da cidade, e que era lá onde os moradores coletavam os materiais recicláveis. Aponta e descreve os serviços públicos nos quais os moradores seriam inseridos. Afirmando que:

O atendimento médico será prestado por equipes da Estratégia de Saúde da Família Tijuca, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), unidade

situada próxima ao loteamento (Rua Reverendo Daniel Betts, 321, bairro Morro Santana). O local tem duas equipes de Saúde da Família, com dois médicos, dois enfermeiros, quatro técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde prestando atendimento para 1.740 famílias (site prefeitura, 11/05/2011).

No caso da educação, garante que mais de 120 crianças serão atendidas em creche instalada no loteamento. *“As demais crianças em idade escolar estudarão nas escolas Victor Issler e Ana Íris. Àquelas que dependerem de ônibus, será fornecido cartão de passagens”* (site prefeitura, 11/05/2011).

Afirma que a Unidade de Triagem abrirá novas perspectivas de trabalho, sendo a *“garantia de trabalho e renda para grande número de moradores”* (site prefeitura, 13/05/2011). Relata que, por intermédio do Instituto Vonpar, é fornecido treinamento aos futuros recicladores, com o intuito de propiciar uma vida mais digna. Também afirma estar qualificando líderes da comunidade para que aprendam a trabalhar de forma associativa, e assim possam formalizar a atividade. A opção pela construção é explicada pelo fato de *“90% dos cerca de 800 moradores vive da coleta, separação e comercialização de resíduos sólidos urbanos em condições precárias”* (site prefeitura, 09/02/2011). Salienta a tecnologia inovadora da Unidade de Triagem - descrevendo constantemente toda sua estrutura física -, e a vantagem de receberem o lixo reciclável “a domicílio” ao invés de coletarem pelas ruas de modo arriscado.

A IMPRENSA

Identificou-se, nos textos jornalísticos analisados, o uso constante da comparação entre a antiga e a nova vila, baseada nas diferenças de infraestrutura dos locais.

As manifestações das fontes seguem a mesma trilha:

Fonte: Humberto Goulart, diretor do Departamento Municipal de Habitação

Citação indireta: *Segundo Humberto Goulart, famílias que nunca tiveram saneamento básico agora poderão contar com uma rede de tratamento de*

esgoto dentro da unidade habitacional. (ClicRBS, 12/03)

Fonte: assessor técnico da Comissão Especial de Habitação Popular e Regularização, João Augusto Moojen

Declaração: *“É notório que passarão a viver em um local muito melhor do que a área onde residem de maneira irregular”* (Correio do Povo Online, 11/05)

Fonte: O prefeito José Fortunati

Citação indireta: *ressaltou que, a partir de agora, não haverá mais necessidade de armazenar lixo dentro das moradias.* (Correio do Povo Online, 13/05)

Sobre o entorno e equipamentos públicos disponíveis nas localidades, há apenas as informações coletadas junto ao Demhab, se restringindo a afirmar que a prefeitura se comprometeu a garantir assistência nas áreas de saúde e educação.

Fonte: Demhab

As 600 pessoas que vão morar na Nova Chocolatão serão atendidas na Unidade de Saúde Tijuca. O posto fica a três quadras do loteamento. Os usuários já estão cadastrados. (ClicRBS, 10/05/2011)

Crianças e jovens em idade escolar deverão estudar nas escolas Victor Issler e Ana Iris. Os alunos desta instituição, que fica mais longe do loteamento, receberão um cartão Tri para custeio das passagens de ônibus. (ClicRBS, 10/05/2011)

O único trecho abordando o novo bairro não contextualiza o entorno, apenas afirma que *“A transferência para um novo bairro representa perspectivas mais otimistas para os moradores.”* (ClicRBS, 12/05)

As notícias que abordam a questão do trabalho dos moradores estão centradas na construção da Unidade de Triagem no novo loteamento. A maior referência é a estrutura física do galpão de reciclagem. A mensagem

transmitida está ancorada na antiga forma de sustento da maioria dos moradores, sendo associada à mudança de um serviço penoso, precário e rudimentar – papaleiros circulando pelas ruas, expostos ao perigo e à insalubridade – para um trabalho confortável em um ambiente moderno, na qual os moradores terão disponíveis os equipamentos necessários para trabalharem nos processos de reciclagem de lixo “*sem a necessidade de percorrerem as ruas em busca de matéria-prima*”.

O trabalho desgastante, sugerem os veículos jornalísticos, portanto, será realizado pela prefeitura, através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), cabendo aos moradores apenas selecionar os materiais entregues de “**mão beijada**”. O único desafio apontado é a formação de equipes para a consolidação de um trabalho em sistema de produção – entretanto, medidas já teriam sido tomadas e todos que dependiam da coleta de resíduos recicláveis estariam capacitados. Ao restante da comunidade, as chances de emprego seriam propiciadas através de cursos profissionalizantes. A partir de então, a responsabilidade estaria a cargo dos moradores, pois as condições teriam sido fornecidas. Nos textos analisados, há três referências de manifestações de moradores sobre as novas condições de trabalho e renda. Uma revela uma incerteza, porém atenuada pela satisfação com a transferência da vila. As outras duas, proferidas por uma moradora que já fazia parte deste projeto de trabalho, carregam esperança e interesse da comunidade na nova modalidade de geração de renda. Abaixo os excertos sobre o assunto.

Fonte. Teresinha Margarete do Rosário, 35 anos, tesoureira da Associação de Recicladores e Catadores da Chocolateira

Declaração: “*A expectativa da gente é que lá dê mais (renda) que aqui*”

(ClicRBS, 12/05/2011)

Fonte: Teresinha Margarete do Rosário, 35 anos, tesoureira da Associação de Recicladores e Catadores da Chocolateira

Declaração: “*Já temos 30 pessoas na lista de espera*”. (Correio do Povo

Online, 03/05/2011)

Fonte: Soli da Silva, presidente da Associação de moradores da Vila Chocolateão

Citação indireta: “O comerciante Soli da Silva está inseguro quanto à geração de renda no novo local, mas feliz com a mudança, já que é uma realização esperada há anos. (ClicRBS, 12/03/2011).

III) OS MORADORES E A TRANSFERÊNCIA

LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO SOBRE A VILA CHOCOLATÃO

O estudo afirma que os moradores estão preocupados, angustiados e incertos quanto às condições de sobrevivência na nova área. Temeriam a piora nas condições de saúde, educação, alimentação, trabalho e renda, além de gastos com transporte. Também haveria desconfiança sobre quem será ou não contemplado na realocação. Usa o testemunho de um morador a respeito das expectativas no loteamento, reproduzido abaixo

Lá é desemprego (no reassentamento), aqui eu tenho meu capital... Tem gente que chegou aqui só com as roupa do corpo e se ergueram em cima dos pequenos galpão da Chocolateão. (LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO, fevereiro 2011, p.16)

Ainda sobre a opinião dos moradores, o laudo se utiliza de um parágrafo do próprio PTTS para comprovar a existência de contrariedade por parte dos moradores sobre a transferência. O trecho segue abaixo.

Entendemos que as características desta comunidade (que sobrevive da catação e triagem de resíduos, que se situa na região central da cidade próxima a equipamentos públicos e com alto grau de vulnerabilidade) são a fonte de maior foco e resistência da comunidade da Vila do Chocolateão para a aceitação da sua transferência para o novo local de moradia. (PROJETO TRABALHO

O SITE DA PREFEITURA

No site da prefeitura, há poucas declarações de moradores sobre a remoção da comunidade. As existentes são favoráveis à medida, inexistindo menções a opiniões contrárias ou reticentes. A satisfação é atrelada às diferenças de infraestrutura entre as antigas e as novas habitações, como o excerto abaixo explicita

Esta casa é outro mundo, uma nova fase da vida. Lá na Vila a gente dormia e não sabia se acordaria no dia seguinte, por causa do medo de incêndios”, assim Fabiana Pereira Machado expressou a satisfação de ter se mudado para o Residencial. Moradora da vila há quatro anos, ela e o marido pretendem dar uma vida melhor para a pequena Ana Beatriz, nascida há três meses. (site prefeitura, 12/05/2011 e 13/05/2011)

Cabe ressaltar que o referido trecho foi publicado em duas matérias seguidas, nas quais o texto era igual, apenas mudando o título de *Residencial Nova Chocolateiro será entregue amanhã (12/05/2011)* para *Residencial Nova Chocolateiro será entregue hoje (13/05/2011)*.

Através da repetição dos parceiros envolvidos em suas ações e a prestação de auxílio aos moradores em diversas áreas, transmiti-se a ideia de que as expectativas dos moradores só podem ser as melhores possíveis, sendo uma *“Vida nova para famílias da Vila Chocolateiro”* (site prefeitura, 11/05/2011) que inicia. O dia de entrega é qualificado como um festejo público, transmitindo, desta forma, a existência de uma aura de felicidade em torno e dentro da comunidade com o reassentamento, como o excerto abaixo demonstra:

Uma mistura de emoção e alegria embalou a entrega oficial do Residencial Nova Chocolateiro na manhã desta sexta-feira, 13. Até o sol apareceu, na manhã nublada em Porto Alegre, para a mudança na vida das 181 famílias que estão recebendo novas casas e uma unidade de triagem. O sentimento da comunidade foi resumido na declaração da líder comunitária Fernanda Simões Pires. “Esse é o resultado de uma batalha pela dignidade. Não há dinheiro nem diploma que retratem o que estamos sentindo e vivendo hoje”, afirmou ela. (site prefeitura, 13/05/2011)

A IMPRENSA

Nos textos jornalísticos analisados, os moradores, invariavelmente, aparecem felizes, empolgados e cheios de expectativas positivas. Estas representações estão ancoradas nas diferenças de estrutura física da antiga e da nova Chocolatão, como demonstram os seguintes excertos

Fonte: moradora da Vila Chocolatão, desempregada Santa Lúcia Rodrigues Ribeiro, 59 anos

Declaração: *“Temos que ir no coletivo (banheiro) ou no Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho). O saneamento é um aspecto que vai melhorar muito”.* (ClicRBS, 10/05)

Fonte: moradora da Vila Chocolatão, Jeniffer, de cinco anos

Declaração: *“É muito bom morar aqui. É bem limpinho”* (Correio do Povo Online, 12/05/2011)

Fonte: presidente da Associação de Moradores da Vila Chocolatão, Soli Olmar da Silva.

Declaração: *“Espero ver nossas crianças brincando e sorrindo, sem ratos correndo ao redor delas”* (ClicRBS, 17/05/2011)

Fonte: morador da Vila Chocolarão, Marcelo Oliveira, 39 anos

Declaração: *“Ficou lindo, muito melhor que lá. Aqui é tudo direitinho, pintadinho”* (ClicRBS, 12/05/2011).

Fonte: morador da Vila Chocolatão, João Bento de Moraes, 37 anos

Declaração: *“Vamos sair de um lugar onde não temos muito espaço para uma casa decente, um ambiente diferente.”* (ClicRBS, 12/05/2011)

Fonte: auxiliar de serviços gerais Lourdes Helena Ventura de Moura, de 49 anos.

Declaração: *“Estou saindo de uma situação precária para viver em um lugar com infraestrutura e limpo”.* (Correio do Povo Online, 12/05/2011)

Além disso, sugeriu-se que a satisfação com a mudança é plena, como estes excertos das declarações de alguns moradores apontam:

“agora só falta uma namorada nova” (ClicRBS, 12/05/2011)

“ganhei tudo, agora só buscar mais alegria” (ClicRBS, 12/05/2011)

“não falta nada para nova casa” (ClicRBS, 12/05/2011)

“A casa da gente antes tinha só cacareco porque tinha o medo dos incêndios. Agora, o sonho é com a casa mobilhada, comida na mesa e trabalho nas mãos.” (ClicRBS, 12/05/2011)

O sentimento de alegria percebe-se através de referências bem humoradas ou ingênuas e apontam para uma espera ansiosa da comunidade pela execução da medida, como nestes excertos:

“Após mudança, cachorro preocupa ex-morador da Chocolatão: “Ele está meio desconfiado” (ClicRBS, 12/05/201)

“A menina se posicionou na entrada da favela, agarrada ao animal de estimação, apenas esperando o momento de embarcar no veículo que a conduziria à nova morada. “Não vou soltar a Laica. Ela pode sumir” (Correio do Povo Online, 12/05/2011)

“Agora só falta uma namorada nova, brinca ex-morador da Vila Chocolatão, na capital” (12/05/2011, ClicRBS)

A percepção da representante da ONU corrobora com a noção de satisfação dos moradores, agregando ao fato o ponto de vista de uma entidade comprometida com ideais nobres e sem vinculação política na cidade.

Fonte: Elisabeth Ryan, representante do escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) na Austrália

Citação Indireta: *“Elisabeth afirmou ter ficado surpresa com a mudança no semblante dos reassentados.”* (Correio do Povo Online, 12/05/2011)

Há um trecho relatando a incomodação de alguns moradores com a distância da nova vila em relação ao Centro da cidade. Porém, o fato é atenuado na voz de um morador:

Apesar de concordar com muitos vizinhos, que ficaram incomodados com a distância do novo loteamento — já que antes ficavam mais próximos no Centro —, Mendes não vê problemas para se deslocar ao trabalho: — “Aqui o ônibus passa na frente. É fácil de chegar até o Centro.” (ClicRBS, 12/05/2011)

Apenas duas matérias informaram a existência de divergências por parte dos moradores acerca da medida. Entretanto, nenhuma voz contrária é consultada. Em uma delas somente há menção ao fato. No outro, os motivos elencados para esta resistência são explicados por vozes favoráveis à transferência. Como demonstram os excertos abaixo

Fonte: Soli da Silva, comerciante e Presidente da Associação de Moradores da Vila Chocolateão.

Citação indireta: *afirma que houve certa resistência por parte de alguns moradores que, segundo ele, não estariam dispostos à mudança por já haver garantia de comércio no atual local, no meio dos prédios da Receita Federal e da Justiça Federal. O comerciante Soli da Silva está inseguro quanto à geração de renda no novo local, mas feliz com a mudança, já que é uma realização esperada há anos.* (ClicRBS, 12/03/2011)

Fonte: Marli Aquini, representante técnica do IBGE no Rio Grande do Sul.

Citação indireta: *o trabalho com a comunidade do Chocolateão foi bastante demorado porque entre os moradores dominava a ideia de conformismo com as atuais instalações, o que, segundo ela, já mudou. Marli Aquino afirma que uma das dificuldades foi com ONG’s que tentaram dificultar o trabalho de reassentamento das famílias. Segundo a técnica, isso pode ter acontecido por motivações políticas.* (ClicRBS, 12/03/2011)

“Há moradores da Chocolatão que discordam da remoção e entraram na Justiça. O departamento está discutindo os casos diretamente com essas famílias.” (ClicRBS, 10/05/2011)

IV) O PROJETO DE REASSENTAMENTO

LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO SOBRE A VILA CHOCOLATÃO

Segundo o laudo, o projeto de reassentamento dos moradores da Vila Chocolatão poderia acarretar em um retrocesso na vida dos moradores, pois alguns direitos outrora conquistados pela comunidade encontrar-se-iam ameaçados. Destaca que a remoção das famílias, do modo que estava transcorrendo, acarretaria em um decréscimo no acesso a saúde, educação, lazer e geração de renda, ferindo direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira, a qual afirma que deve ser “garantido ao cidadão o acúmulo de patrimônio jurídico e não mera substituição”. A medida é classificada como uma política meramente habitacional.

Segundo o Laudo, as ações dos órgãos públicos envolvidos no tema são deficientes, e conclui o estudo afirmando que

Desse modo impõe-se que seja suspenso/cancelado o processo de realocação, enquanto não sanados os problemas relatados, sob pena de responsabilização dos agentes públicos responsáveis (LAUDO TÉCNICO SÓCIO-ECONÔMICO, fevereiro 2011, p. 43)

O SITE DA PREFEITURA

A política de reassentamento da Vila Chocolatão é definida como exemplo de modelo reconhecido internacionalmente, segundo o site oficial da prefeitura. Afirma que foram levados em consideração todos os aspectos concernentes à medida, como trabalho, saneamento, saúde e educação. O caráter positivo da ação é justificado através dos elogios de representantes da

ONU (em seis dos 15 artigos analisados há alusão à fiscalização da ONU) e a exposição do projeto em eventos internacionais.

“A Vila Chocolatão é um dos maiores cases de loteamento que vai propiciar, além de uma vida mais digna, melhores condições de moradia para toda a comunidade” (site prefeitura, declaração do Prefeito José Fortunati; 18/04/2011).

Sobre o projeto de reassentamento da Vila Chocolatão, foi publicado o seguinte parágrafo:

Devido à importância desse projeto, a preparação e a transferência das famílias vêm sendo acompanhadas pela UN-HABITAT, a agência da Organização das Nações Unidas para assentamentos humanos. O projeto do loteamento está inscrito no Cities Program, que promove modelos que diferenciem a gestão pública no mundo. A Nova Chocolatão também foi um case de governança apresentado pela prefeitura no estande da ExpoXangai 2010 (site prefeitura, 12/05/2011 e 13/05/2011).

A remoção da comunidade é apresentada como um clamor da sociedade - *“Nova Chocolatão mobiliza parceiros públicos e privados”* (12/05/2011, site da prefeitura) -, sugerindo um consenso de que a medida estava certa. Ainda reforça que a prefeitura estará acompanhando o desenvolvimento da Nova Chocolatão:

Além das unidades habitacionais e equipamentos comunitários, os moradores recebem atendimento técnico social pelo Demhab. Esse trabalho se estenderá por mais nove meses e prevê, dentre várias ações, o oferecimento de cursos profissionais. (site prefeitura, 12/05/2011)

A mudança da vila é atrelada à mudança positiva na vida, ressaltando um passado sofrido que chegou ao fim - e um futuro promissor.

A vida numa área sem as mínimas condições de saneamento, com constante risco de incêndios pela grande quantidade de ligações elétricas clandestinas, em meio a resíduos provenientes da catação de lixo, agora faz parte do passado. (site da prefeitura, declaração de Humberto Goulart, diretor-geral do DEMHAB, 24/05/2011,)

A conclusão da transferência é definida do seguinte modo:

Missão cumprida com a finalização de mais uma etapa da política de libertação e emancipatória de uma comunidade que habitava uma área de risco, completamente degradada” (site prefeitura, declaração de Humberto Goulart, diretor-geral do DEMHAB, 24/05/2011).

A IMPRENSA

A política de reassentamento “*pode se tornar exemplo para transferências de pequeno e médio portes*” (ClicRBS, 12/05/2011). A medida foi apresentada como uma mudança na vida dos moradores, um sonho realizado. As citações, repetidas nos meios de comunicação, das parcerias envolvendo agentes públicos e privados e a ansiedade pela transferência dos moradores da Vila Chocolateiro sugerem que a remoção da comunidade é uma demanda da sociedade porto-alegrense, na qual a prefeitura não se omitiu. Todas as esferas estariam envolvidas numa causa comum e positiva: *dar término ao modo de vida daquelas pessoas e àquele local* (ClicRBS, 12/05/2011) – descrito como “*Amontoados de barracos em meio a lixo catado no Centro, lama e ratos*” -, onde o seu odor e aparência incomodam tanto aos moradores quanto àqueles que passam por lá e sentem-se mal com a visão explícita da miséria. Os desafios subjacentes à moradia são acompanhados de respostas sem questionamentos de suas implementações. Relatando que as questões nas áreas de saúde, educação, trabalho, lazer e transporte são compromissos da prefeitura. A mudança da Chocolateiro iria além das questões de moradia, enfrentando os problemas relacionados a outras áreas fundamentais da vida humana, como demonstra este trecho

“A mudança (de local e casas) é a etapa mais visível de um processo que inclui oficinas de preparação, cursos profissionalizantes, e até orientações sobre higiene para extinguir não só o aglomerado de casebres, mas também o modo de vida que eles abrigavam.” (ClicRBS, 10/05/2011 e 12/05/2011).

A ansiedade geral, alívio e as expectativas positivas podem ser percebidos nestes trechos

“*Contagem regressiva para o fim da Chocolateiro*” (ClicRBS, 12/03/2011)

“*realização esperada há anos*” (ClicRBS, 12/03/2011)

“um dos locais mais insalubres e humilhantes, vai acabar”(ClicRBS,12/03/2011)

“nova vida, novas experiências, tudo em casa nova.” (ClicRBS, 17/05/2011)

“Depois de 25 anos de incêndios, insalubridade e violência, a Chocolateira chega ao fim.” (ClicRBS, 12/05/2011)

“O desejo de deixar a área irregular era tamanho que a filha de Nelci, Jeniffer, de cinco anos, acordou antes do amanhecer.” (Correio do Povo Online,12/05/2011)

Esta convicção está ancorada no acompanhamento realizado pela ONU. A entidade aparece como fiscalizadora, emprestando seu prestígio e legitimando a medida de reassentamento. A declaração do diretor-geral do DEMHAB reflete a utilização da entidade como balizadora do processo.

“A UNESCO vai acompanhar esse aspecto para ver como vai melhorar a vida das pessoas a partir da mudança para um local não miserável e insalubre”. (Correio do Povo Online, 18/04/2011)

Aspectos místicos também endossam o caráter positivo da transferência dos moradores da Vila Chocolateira, como no excerto abaixo;

“Até a numerologia coincide favoravelmente à nova comunidade: número 9099 [...] pessoas que tem o número nove como referência são ligadas a grandes movimentos sociais, à solidariedade e à fraternidade universal.” (ClicRBS, 17/05/2011)

A possibilidade de receber correspondências (ênfatisada em duas matérias), devido ao endereço fixo, e a escolha do dia das mães como data e homenagem à transferência (mãe está associada a nascimento, geração de vida, futuro e zelo) aparecem como metáfora do nascimento da comunidade, de sua existência digna perante a sociedade.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apresentar a forma como os sites jornalísticos Correio do Povo e o ClicRBS construíram suas notícias sobre a transferência da Vila Chocolatão, e as representações sociais veiculadas sobre o tema. Verificou-se um desinteresse na investigação do assunto por parte de ambos os portais de notícias, visto que o Laudo Técnico Sócio-econômico sobre o processo de reassentamento da Vila Chocolatão estava plenamente acessível, bastando uma rápida consulta no Google para encontrá-lo. No entanto, o documento não foi consultado ou foi ignorado. Além disso, algumas notícias fizeram menção da existência de resistência por parte de alguns moradores com a medida, ou seja, havia conhecimento desta situação, porém suas manifestações não encontraram espaço ou foram suprimidas do texto final. Feriu-se, portanto, princípios éticos e técnicos da prática jornalística, pois, segundo Bucci (2000), “Dar voz aos dois lados de uma mesma história, quando há dois lados que nela se enfrentam, é uma exigência ao mesmo tempo ética e técnica do jornalismo” (p.50).

A análise da cobertura dos meios de comunicação selecionados sugere uma correlação entre as informações e opiniões, divulgadas pelos portais de notícias, e o conteúdo presente no site oficial da prefeitura de Porto Alegre. As opiniões e explicações ficaram a cargo das fontes oficiais e das fontes favoráveis ao reassentamento - incluindo moradores que partilhavam da mesma opinião.

A falta de aprofundamento na investigação acerca do reassentamento - e das variáveis sociopolíticas que envolveram o tema - culminou com uma cobertura tendenciosa, na qual as ações e as representações sociais divulgadas pela prefeitura foram consolidadas e retransmitidas sem discussões à sociedade.

Em setembro do corrente ano, quatro meses após a remoção da Vila Chocolatão, sob o título “Demhab propicia casas para policiais militares” (site prefeitura, 12/09/2011), a prefeitura divulgou a transferência de quatro habitações, algumas abandonadas ou não ocupadas por famílias da Nova

Chocolatão, para policiais militares. No dia seguinte, informou a inauguração de uma creche na comunidade (site prefeitura, 13/09/2011). No mesmo dia, o site do Correio do Povo, sob o título “PMs ganham casas na Nova Chocolatão”, salientou, através de citação indireta do diretor-geral do DEMHAB, que a entrega das habitações aos policiais militares “propiciará mais tranquilidade ao local” (Correio do Povo, 13/09/2011). Já o Diário Gaúcho, sob o título “Criançada está feliz na Chocolatão”, relata a inauguração da creche e a entrega de casas a policiais militares no residencial (Diário Gaúcho, 14/09/2011). A mensagem transmitida nestas matérias, como nos resultados apresentados neste estudo, estão relacionadas com a informação passada pela prefeitura. Ambas dão um tom positivo, “segurança” e “felicidade das crianças”, atenuando/ignorando o fato de que quatro famílias abandonaram suas casas. Apesar destas publicações não pertencerem ao corte temporal do presente estudo, servem para ilustrar o tratamento dado a questões relativas à comunidade. No caso descrito, prevaleceu a fala otimista da fonte oficial em detrimento à investigação das possíveis causas que levaram as famílias a abandonarem ou sequer ocuparem as habitações destinadas a elas. Afinal, se havia “consenso” e entusiasmo sobre os benefícios do reassentamento, no mínimo é de se estranhar este acontecimento.

A cobertura efetuada pelos sites jornalísticos sobre a remoção das famílias da Chocolatão pode ser classificada como superficial. E resultou em redução dos fatos, de modo a transmitir representações sociais estereotipadas, qualificada aqui como “uma mistura distorcida de impressões inadequadas sobre os outros, percepções incompletas ou defeituosas, grandes generalizações que ignoram diferenças internas” (BILLIGMEIER, 1990:474 aput BAPTISTA, 107, 2004).

Os textos jornalísticos analisados demonstram que as representações sociais difundidas sobre o reassentamento da Vila Chocolatão estão ancoradas na comparação entre as infraestruturas da antiga e da nova Chocolatão. A implementação da medida (o reassentamento) foi associada a uma conquista dos moradores, desejo atingido através de trabalho competente dos órgãos públicos, trazendo a solução aos problemas inerentes à condição de miséria da

comunidade da Vila Chocolatão. Entretanto, a insatisfação dos moradores sugere uma conquista comemorada mais pela sociedade em geral do que pelos pretensos beneficiados. **O desagradável odor e a imagem do lixo e da miséria “finalmente” desapareceram do coração da cidade.** Servindo, além disso, como *“exemplo positivo da transferência da vila Chocolatão”* que *“pode ser utilizado nas realocações necessárias para a Copa do Mundo de 2014”*. (Correio do Povo Online, Citação indireta do procurador Alexandre Gavronski, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, 11/05/2011)

A troca de um ambiente insalubre por um dotado de infra-estrutura, por si só foi interpretada como uma melhoria “indiscutível” na vida destas pessoas, sendo quase impensável discutir-se através da imprensa a possibilidade de que tal episódio possa constituir um retrocesso social, como alertou o Laudo Sócio-econômico. Além disso, outras questões concernentes à nova realidade da comunidade foram pouco exploradas pela imprensa jornalística, limitando-se, esta, a relatar informações difundidas pela prefeitura.

Com a construção do galpão de triagem, a necessidade de buscar serviço longe do local foi desconsiderada, sugerindo implicitamente que o emprego estaria garantido; foram omitidas considerações acerca do cotidiano dos habitantes da comunidade - como o lazer, saúde, deslocamento às escolas, visitas a parentes e amigos, etc. O fato de receberem uma casa nova e a instalação de um galpão de reciclagem estaria **“mais do que bom”** para estas pessoas que viviam ao meio do lixo, ratos e baratas, em uma vila *“consumida e reerguida inúmeras vezes depois de incêndios, e marcada pela violência”* (ClicRBS, 10/05/2011), não havendo motivo para queixas.

Enfim, considerando que a prática jornalística tem uma função social de crucial importância, propõe-se a seguinte reflexão: se a imprensa tivesse ouvido as diversas vozes (oficiais, oficiosas e independentes) e discutido publicamente nos meios de comunicação, teria o reassentamento da comunidade ocorrido segundo trâmites pré-definidos pelos órgãos públicos? Não teriam os diversos setores da sociedade apreciado melhor a complexidade dos fatos que envolveram os rumos e as vidas dos habitantes daquela comunidade?

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. MORAES, Francilaine. Instantaneidade e memória na pesquisa sobre jornalismo online p. 237-249. IN BENETTI, Márcia. LAGO, Cláudia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias**. Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n13_Aguiar.pdf> Acesso em: 28/09/2011

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - Seção Porto Alegre. **Laudo Técnico Sócio-econômico do processo de reassentamento da Vila Chocolateiro**. Porto Alegre, RS. Fevereiro, 2011.

BAUER, Martin. **A popularização da ciência como humanização cultural: a função de resistência das Representações Sociais**, P 229- 257 IN.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo. SP: Companhia Das Letras, 2000.

BAPTISTA, Maria Manuel. **Estereotipia e Representação Social – uma abordagem psico-sociológica, artigo presente em O Poder e a Persistência dos Estereótipos**, Coord. Anthony David Baker, Departamento de Línguas 2004. Editora: Universidade de Avero, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

ESCOSTEGUY, Diego. **Encruzilhada** 90-95. IN FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de conteúdo**, p 280 -303. IN DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo, SP: Contexto, 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2 ed. São Paulo, SP: Paulus, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho. BIZ, Osvaldo. **Mídia, Educação e Cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARCON, José Guilherme Benetti. **Brincando de ser vários. Autonomia. Presença. Liberdade**. Monografia de Conclusão do curso de Licenciatura em Teatro. 2010.

MILNITSKY – SAPIRO, Clary. **Uma questão de método**. 2005 (Manuscrito).

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica, p 269 – 277. IN DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

MORIGI, Valdir José. **Teoria Social e Comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos**. Artigo publicado na edição 1 da revista eletrônica e-compós. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e-compos>> Acesso em: 03/08/2011

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia: um recorte a partir dos processo de reassentamento de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC). Porto Alegre, 2007.

PAVARINO, Rosana Nantes. **Teoria das representações sociais: pertinência para a pesquisa em comunicação de massa**, p 128-141. Artigo publicado na revista Comunicação e Espaço Público. Ano VII, nº 1 e 2. Brasília, DF: 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, Departamento Municipal de Habitação. **Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) Vila Chocolateão**. 2009.

SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria, p 19 – 44. IN SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Sergio Denicoli dos. **O novo *media* na imprensa: as notícias na internet no jornal Público**. Trabalho referente à disciplina “Sociologia das fontes jornalísticas” do do Mestrado em Informação e Jornalismo, Universidade do Minho, Portugal, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/denicoli-sergio-novo-media.pdf>> Acesso em: 25/08/2011

SERRANO, Estrela. **Jornalismo e elites do Poder**. Escola superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal, 1999. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>> Acesso em: 02/10/2011

SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

TELLARONE, Taís Marina. **A busca pela notícia no jornalismo online: um estudo sobre as fontes**. III Congresso online. 2006. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=800&llenqua=po>> Acesso em: 20/08/2011

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 2004.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais, p. 149 -181. IN JOVCHELOVITCH, Sandra. GUARESCHI, Pedrinho (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.